



Embrapa Arroz e Feijão

EDITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP - EMBRAPA Nº 90008/2026

OBJETO: Eventual aquisição de vidrarias, reagentes e outros insumos laboratoriais para atender às demandas da Embrapa Arroz e Feijão, dos Campos Experimentais e dos Núcleos Regionais.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO (X) Menor Preço () Maior Percentual de Desconto	MODO DE DISPUTA (X) ABERTO () ABERTO E FECHADO
---	---

Data de Abertura: 21/05/2026 às 09:00 sítio www.gov.br/compras.

Valor total estimado: Sigiloso (Lei nº 13.303/2016 e RLCC), observando-se o contido no art. 34 e parágrafos da Lei nº 13.303/2016.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes desta licitação para o exercício de **2026** correrão por conta de recursos próprios da **Embrapa**, devidamente consignados no orçamento vigente, sob a seguinte classificação orçamentária:

Gestão/Unidade: 13203 - 135036;

Fonte de Recurso: 0100000000 (Recursos do Tesouro);

Elementos de Despesa: 339030.11 (Material de Consumo) e 339030.35 (Material Laboratorial/Técnico).

Vistoria	Instrumento de Contratação	Forma de Adjudicação	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		
Sim () Não (X)	Autorização de Fornecimento - AF Anexo V	Por item (X) Por Lotes () Preço Global ()	Requisitos Básicos: Item 8 do Edital e Anexo I - Termo de Referência	() Haverá inversão de fases: Habilitação antes da apresentação das propostas e lances. Requisitos Específicos: - Atestado Capacidade Técnica - Demais (conforme Termo de Referência)	
Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/ Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?	Possibilidade de preços diferentes	Possibilidade de oferta inferior à quantidade máxima
Sim () Não (X)	Sim () Não (X)	Sim () Não (X)	Sim () Não (X)	Sim (X) Não ()	Sim () Não (X)

Pedidos de Esclarecimentos	Impugnações
Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço eletrônico: cnpaf.compras@embrapa.br	Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública para o endereço o endereço eletrônico:

DAS PROPOSTAS

PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE 90 (noventa) DIAS a contar da sua apresentação.

1. Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a Embrapa somente contratará se houver disponibilidade financeira para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Caso, por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário anual realizado, após a homologação e adjudicação do objeto não for possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguintes procedimentos, quando da disponibilidade financeira:

- a) Consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições licitadas, para efetiva contratação;**
- b) Caso o adjudicatário não manifeste interesse na manutenção de sua proposta, a Embrapa convocará os demais licitantes, na forma do inciso I do §2º do artigo 75 da Lei 13.303/2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumam as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação;**

2. Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a Embrapa poderá reduzir o escopo das contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade do certame.

3. Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância.

4. Em todos os casos, caso entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação, decorra tempo superior a 12 (doze) meses, os valores da proposta poderão ser reajustados pelo IPCA, caso outro índice não tenha sido indicado no Edital e seus anexos.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa**, por meio de sua Unidade: Embrapa Arroz e Feijão sediada Rod. GO-462 Km 12 – Zona Rural – Santo Antônio de Goiás – GO, CEP 75.375-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO por item**, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 14.133/2021 (em relação aos procedimentos da modalidade pregão e SRP, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, hoje, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Norma 037.011.003.001, aprovada pela Resolução do Conselho de Administração da Embrapa - RC nº 277, de 21/3/2024 e Publicado no D.O.U, em 28/03/2024 e no Boletim de Comunicações Administrativas - BCA Nº 16/2024, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas Fases, disponível no sítio www.gov.br/compras.
- 1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do então Secretário de Gestão do Ministério da Economia.
- 1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tomem desatualizados.
- 1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 1.9. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2. DO OBJETO

- 2.1 Constitui objeto da presente licitação a eventual aquisição de vidrarias, reagentes e outros insumos laboratoriais para atender às demandas da Embrapa Arroz e Feijão, dos Campos Experimentais e dos Núcleos Regionais, cujas especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade constam do Termo de Referência (Anexo I).
- 2.2 Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.
- 2.3 Em caso de discrepância existente entre as especificações descritas no sistema de compras do governo federal (Comprasnet) e as especificações constantes no Termo de Referência (anexo I do Edital), prevalecerão as do Termo de Referência. Este, portanto, é o documento soberano para a exata compreensão e descrição do objeto.

2.4 É vedada a contratação, para a mesma Unidade da Embrapa, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, ressalvado o disposto no art. 46 da Lei nº 13.303/2016. Se o presente certame prever a contratação simultânea, esta condição será devidamente estabelecida no Termo de Referência (Anexo I).

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2 Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:

- a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela Embrapa, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, aplicada na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;
- c) penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada na vigência do inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;
- d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992;

3.3 Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

3.4 Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

3.5 Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;

3.6 Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7 Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

3.8 A participação de cooperativas na presente licitação:

- a) Será admitida (), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.
- b) Não será admitida (x), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.9 Também não poderão participar entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que não apresentem condições de habilitação semelhantes às exigidas para licitantes nacionais, segundo as formalidades da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018.

3.10 A participação de empresas reunidas em consórcio:

- a) Será admitida (), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

b) Não será admitida (X), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.1 Em caso de possibilidade de participação de consórcio deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução de contrato;

3.10.2 Antes da celebração do contrato, o Licitante vencedor deve promover a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

3.10.2.1 Encerrado o certame, a Embrapa estabelecerá prazo, por meio de notificação, para que o Licitante vencedor comprove a constituição e o registro do consórcio, admitida a possibilidade de prorrogação mediante apresentação de justificativa.

3.10.2.2 O empenho e a formalização de contrato ocorrerão em conformidade com o que dispõe o Termo de Compromisso, podendo ocorrer em nome da empresa Líder ou em nome de cada consorciada com a indicação do nome do consórcio a que elas pertencem.

3.10.2.3 Caso o termo de compromisso defina de forma individualizada a participação de cada consorciada, o empenho deverá ser proporcional ao percentual ali indicado.

3.10.3 Esta Licitação:

- a) não estabelece limite máximo de empresas consorciadas (), conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.
- b) estabelece o limite máximo de até () empresas consorciadas, conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.4 Em caso de substituição do consorciado, esta deverá ser expressamente autorizada pela Embrapa e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório.

3.11 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.12 Este pregão é de âmbito nacional.

3.13 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.13.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.13.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.13.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.13.6 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.13.7 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.13.8 que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

3.14 É vedada a participação neste certame de órgão ou de entidade que já tenha participado em uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, ART. 18).

4.1.1 Os documentos de habilitação serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante vencedor.

4.1.2 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

4.4.1 A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênio da Embrapa.

4.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, na hipótese de inversão de fase, anteriormente inseridos no sistema.

4.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de que trata o Capítulo VII da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

4.7 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

4.8 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas que trata o § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, prorrogável por igual período.

4.8.1 A prorrogação de que trata este item, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

II - de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário ou desconto e valor mensal e anual do item, conforme o caso;

b) marca, se for o caso;

c) Fabricante, se for o caso;

d) Quantidade cotada, se for o caso;

e) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2 As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3 O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6 O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema de compras do governo federal (sítio www.gov.br/compras), se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de preferência indicados no Termo de Referência.

5.7 A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que identifiquem o licitante, que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8 O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.

6.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.11 Observado o disposto no item 6.10, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

6.12 O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.12.1 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata este item, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

6.18 Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:

6.19 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$.0,10 (dez centavos)

6.20 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.21 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.22 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

a) Ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

b) Ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.23 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.23.1 Após o reinício previsto neste item, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.23.2 Encerrada a etapa de que trata o item 6.23.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

6.24 Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:

6.25 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.26 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.27 No procedimento de que trata o item 6.26., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.28 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no item 6.27.

6.29 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem constante do item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "fechado e aberto"

6.30. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.31. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.30, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.32. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.33. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.34. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme ordem final de classificação, conforme disposto no item 6.22.

6.35. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.36. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

6.37. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo o disposto no item 6.22

Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte

6.38. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;

b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.

c) caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na alínea anterior.

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.39. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.38., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.40. O procedimento previsto no subitem 6.38. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.38.

6.41. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.38. e 6.39., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.42. O disposto no subitem 6.38. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte

Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991

6.43. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.44. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.45. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.46. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

Critério de Desempate

6.47. Após a etapa de envio de lances ou caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, caso aconteça empate, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei nº 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.48. Na hipótese de necessidade de sorteio, as licitantes serão comunicadas e convocadas para o ato público em data, hora e local informados pelo pregoeiro no sistema eletrônico, sendo que a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas

Da Negociação da Proposta

6.49. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.49.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.49.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado ou inferior ao desconto definido para a contratação

6.50. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

6.51. Se, depois de adotada a providência referida no item 6.49.2, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação (§3º do art. 57 da Lei nº 13.303/2016).

6.52. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.53. Observado o prazo de que trata o item 4.8 acima, o pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

Envio da Proposta Final

6.54. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, na forma do § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema eletrônico, a PROPOSTA FINAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.55 Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema de compras do governo federal poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada **ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020**, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.56 No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora. (art. 31 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.57 Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.(art. 32 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.58 É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

6.59. Caso se trate de licitação em grupo ou lote, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

6.59.1.

6.59.2.

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens a seguir, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

7.2 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.2.1 contiver vícios insanáveis;

7.2.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.2.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.2.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3 O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.4 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.5 A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.6 O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.7 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela administração (art. 56, §3º da Lei nº 13.303/2016).

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (Art. 34 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 O pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados, tais como:

a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

b) Solicitar informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;

c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;

h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

i) Realizar ou consultar estudos setoriais;

j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (art. 43 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.11 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12 Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no Art. 154 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, exame de conformidade ou prova de conceito, entre outros testes de interesse da Embrapa, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

7.15 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras ou outros testes, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17 Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.18 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada. O mesmo se aplica em caso de reprovação no exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa.

7.19 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s) ou se houver reprovação do exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a ocorrência de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23 Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24 O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25 Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.29 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. HABILITAÇÃO

Consulta a Cadastros

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

Disposições Gerais sobre Habilitação

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5.4. A verificação pelo pregoeiro em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo pregoeiro até a conclusão da fase da habilitação.(art. 39, §1º Instrução Normativa SEGES/ ME 73/2022)

8.5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, será observado o disposto nos subitens 3.10, 8.26 e 8.27.6 deste edital.

8.9. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de envio de lances e de julgamento.

8.9.1. Na hipótese de inversão de fase referida neste item, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.9.2. Após o encerramento da fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.(art. 39, §3º da IN 73/2022)

8.11. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, nas mesmas situações elencadas no item 4.8.1 deste Edital. (art. 39, § 5º, IN 73/2022)

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no item 11 deste Edital.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item 8.13 deste Edital.

8.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante da matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

Habilitação Jurídica

8.19. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

8.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.19.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site

8.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.19.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.19.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, nos termos do art. 4º, §2º Decreto nº 10.880 de 02/12/2021.

8.19.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022.

8.19.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização (Instrução Normativa SEGES Nº 03/2018);

8.19.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme e exigências descritas no Termo de Referência.

8.19.11. **Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo IV do presente Edital;**

8.20. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

Qualificação Técnica

8.21. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:

a) no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o seguinte requisito: (art. 58, II da Lei 13.303/2016 - havendo parcela de relevância a ser destacada. Não havendo parcela de relevância, a comprovação se dará com relação à boa execução do objeto anteriormente);

b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.22. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.

8.23. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

8.24. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

8.25. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.

8.26. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado. **Qualificação Econômica-Financeira**

8.27. Para demonstração da Qualificação Econômica-Financeira, será exigida a seguinte documentação:

8.27.1. **certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;**

8.27.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.27.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.27.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.27.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.27.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.27.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.27.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

8.27.6. Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) será acrescido em % (por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação [*indicar um valor entre 10% a 30%*] ();

b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação. ()

8.27.6.1. Para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.27.6.2. O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.28. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

8.29. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015.

8.30. Para aplicação do disposto no item 8.29, o prazo para regularização fiscal será contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

8.31. A prorrogação do prazo constante do item 8.29 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

8.32. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.33. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

8.33.6. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o pregoeiro poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha. (Acórdão TCU 988/2022 - Plenário)

8.33.7. Caso existam dúvidas relacionadas a incertezas e/ou divergências constatadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.

8.33.8. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.

Regularidade Fiscal

8.34. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa

da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9. RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 5 (Cinco) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no subitem 4.1.2 deste Edital, da ata de julgamento. (§ 1º do artigo 59 da Lei 13.303/2016)

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

11. ERROS OU FALHAS

11.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#)

11.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item anterior**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(X) Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

(.) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital no SEI

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio da Embrapa e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.9. A adesão à Ata de Registro de Preços derivada do presente procedimento licitatório, por outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal:

a) (X) Será permitida, conforme justificativa e estimativa de quantidades estabelecidas no Termo de Referência, observado, sempre, o limite estabelecido no artigo 32 do Decreto 11.462/2023.

b) (.) Não será permitida.

13.10. A ausência de justificativa no processo licitatório sobre a permissão de adesão no presente Edital ou a ausência de estimativa dos quantitativos passíveis de adesão, previstas no item "a" do item 13.9, impedirão a operacionalização de adesão. (Acórdão TCU 1297/2015-Plenário, Acórdão TCU 2037/2019-Plenário e Acórdão TCU 855/2013-Plenário)

13.11. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços e o edital

permitir essa utilização, deverão consultar a Embrapa para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.12. A Embrapa somente autorizará a adesão mediante a apresentação de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

13.12.1. O estudo, após aprovação pelo órgão gerenciador, poderá ser divulgado no Portal de Compras do Governo federal.

13.13. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

14.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

14.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Embrapa, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. Quando a Embrapa convocar o licitante com preço mais bem classificado ou do cadastro de reserva para assinatura do Contrato, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

15.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

16. PENALIDADES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou entregar em desconformidade ao Edital, mesmo após prazo conferido para correção das inconsistências ou os defeitos constatados (redação do RLCC).

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

16.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

16.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

16.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.5. fraudar a licitação;

16.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

16.2. A Embrapa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. multa;

16.2.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa por prazo não superior a 2 (dois) anos.

16.3. A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Embrapa, pelo prazo máximo de 1 (um) ano.

16.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, pelo prazo de 2(dois) anos.

16.7. Qualquer conduta não prevista no item 16.1 deste Edital e que seja sujeita à aplicação da penalidade prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº

13.303/2016, seguirá a dosimetria estabelecida nos itens 16.12 a 16.24 deste Edital.

16.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Embrapa, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

16.9. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações previstas neste item do edital, o pregoeiro ou o presidente da comissão de licitação adotará o seguinte procedimento:

16.9.1. Notificará o licitante, no prazo máximo de 2 dias úteis a contar da identificação do evento, sobre a ocorrência dos fatos identificados e da possível infração, solicitando manifestação prévia sobre os motivos de sua ocorrência e eventuais alegações, por meio do sistema ou por outro meio que garanta o conhecimento de sua recepção;

16.9.2. Após manifestação do licitante, o pregoeiro ou presidente da comissão de licitação reduzirá os fatos e as circunstâncias em relatório, manifestando-se sobre possível ocorrência ou não de infração;

16.9.3. Caso o pregoeiro ou comissão de licitação conclua pela ocorrência da infração, encaminhará o relatório e demais documentos pertinentes à autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que decidirá, justificadamente, sobre a abertura de Processo Administrativo de Apuração - PAA, caso conclua pela materialidade da infração.

16.10. Constatada a materialidade da infração, será providenciada a instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA, com intuito de reunir todos os documentos produzidos, visando avaliação sobre culpabilidade do infrator.

16.11. A instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser iniciada por termo de abertura de processo e instrução processual contendo, no mínimo:

I. todas as manifestações produzidas na instrução preliminar;

II. decisão da autoridade competente sobre abertura do PAA (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC);

III. edital cujas disposições foram infringidas;

IV. os documentos comprobatórios das alegações já formuladas.

16.11.1. Instaurado Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser encaminhada ao infrator, no prazo de até 10 dias úteis a contar da abertura do processo, notificação sobre a abertura do **PAA**, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - identificação do infrator;

II - número e objeto do contrato ou edital a que se refere;

III - finalidade da intimação;

IV - indicação dos fatos e fundamentos legais, disposições do edital descumpridas.

V - as possíveis penalidades cabíveis, com indicação das disposições do edital a que se referem;

VI - estabelecimento de prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, a contar da data do recebimento da notificação, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;

VII - orientações para que a Contratada se habilite no processo SEI, o prazo no qual deverá estar habilitado e a informação de que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos, considerará que a licitante encontra-se com vista franqueada do processo;

VIII - informação da continuidade do processo, decorridos os prazos, independentemente da apresentação de sua defesa;

16.11.2. O infrator terá acesso irrestrito ao PAA, sendo de sua inteira responsabilidade o tratamento dos dados pessoais neles contidos, devendo, se for o caso, tratá-los segundo as disposições da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

16.11.3. O infrator deverá arcar com os custos de eventuais fotocópias.

16.11.4. É ônus do contratado manter atualizado, junto à Embrapa, seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.

16.11.5. Ao licitante incumbe, no âmbito de sua defesa, alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos que lhe aproveitem, cabendo-lhe o ônus da prova de suas alegações, podendo juntar documentos e pareceres, bem como requerer diligências ou qualquer outro meio de prova cabível, arcando com eventuais custos de sua realização.

16.11.6. Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo licitante quando sejam intempestivas, ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

16.11.7. Após a apresentação da defesa prévia pelo licitante, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) se manifestará sobre as alegações apresentadas e decidirá sobre a culpabilidade do infrator, fundamentadamente.

16.11.8. Após o análise sobre a culpabilidade, no mesmo ato, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) passará à dosimetria das penalidades cabíveis.

16.12. Na avaliação da dosimetria das penalidades, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), mesmo nos casos de ausência de defesa, considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes presentes no caso, e as penalidades que entender razoáveis.

16.13. A aplicação da penalidade deve levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade do licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, em especial, as seguintes circunstâncias:

I. atenuantes:

a) a inexistência de prejuízos ou riscos à Embrapa;

b) a regularização do ato que ensejou a abertura do PAA; e

c) outra circunstância relevante, anterior ou posterior à infração verificada.

II. agravantes:

a) a reincidência;

b) o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência da infração; e

c) a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos, dos quais tenha tomado conhecimento.

16.13.1. No concurso de agravantes e atenuantes, a Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

16.13.2. De forma devidamente justificada, a penalidade prevista no edital poderá ser reduzida equitativamente pela Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando se revelar manifestamente excessiva, tendo em vista os elementos indicados no 16.13 deste edital.

16.14. A aplicação de sanção e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

16.15. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no Edital;

II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;

III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;

IV - A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação da pena de forma imediata.

16.16. Proferida a Decisão, o infrator será notificado, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

16.16.1. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso o infrator acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

16.17. Poderá o infrator, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

16.18. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao autor da Decisão recorrida (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que poderá revê-la, modificando-a, anulá-la ou revogá-la, total ou parcialmente ou mantê-la.

16.18.1. Se a reforma da Decisão agravar situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da intimação, novos termos recursais em relação ao agravamento.

16.18.2. Após seu pronunciamento final, caso o autor da nova Decisão recorrida a mantenha inalterada, deverá encaminhá-la ao superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC).

16.18.3 O superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC) poderá confirmar, atenuar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

16.18.4. A decisão que anular ou revogar a decisão recorrida, imporá o reinício do PAA, sem prejuízo dos atos aproveitáveis.

16.18.5. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

16.18.6. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

16.18.7. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC), o infrator deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure, inequivocamente, a certeza da ciência do interessado.

16.18.8. Caso o penalizado não seja encontrado ou não confirme o recebimento da intimação, a Decisão será publicada no Diário Oficial da União, hipótese em que se presumirá a sua cientificação.

16.18.9. Após a Decisão final, a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF e nos registros cadastrais da Embrapa.

16.19. O sancionado com multa deverá comprovar o seu pagamento em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação respectiva, observando-se que, em caso de não quitação do débito, a Embrapa poderá efetuar sua cobrança pela via judicial.

16.20. O pagamento da multa poderá ser parcelado, por decisão da autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando não houver prejuízos para a Embrapa, observando-se que os valores deverão ser atualizados pela taxa básica de juros da economia (SELIC).

16.21. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou da ciência da Decisão, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

16.22. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

16.23. Em regra, o recurso não terá efeito suspensivo, sendo possível sua concessão, de ofício ou a pedido, pela Autoridade Decisória recorrida ou imediatamente superior, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, decorrente da execução da decisão.

16.24. A prática de atos lesivos à Embrapa nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015, será apurada em processo administrativo aberto e instruído conforme disposições contidas na citada legislação, e em obediência ao rito e penalidades nela fixados.

16.25. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

17. ATOS LESIVOS À Embrapa

17.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

17.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

17.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

17.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

17.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

17.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;

b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e

c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

17.7. A publicação a que se refere o item 17.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

17.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

17.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 67 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.

17.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

17.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

18. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

18.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma deste Edital.

18.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

18.2.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.2.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

18.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

18.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

18.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

18.5.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.5.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

18.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

18.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio abaixo indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

18.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da Embrapa:

18.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.

18.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

18.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

18.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

18.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

19.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

19.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

19.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.

19.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Circunscrição Judiciária de Goiânia(GO), com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

19.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

b) ANEXO II - MODELO PARA A PROPOSTA

c) ANEXO III - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

c) ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO;

d) ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO.

Santo Antônio de Goiás, 07 de maio de 2026

Roselene de Queiroz Chaves
Chefe Adjunto de Administração
Embrapa Arroz e Feijão

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Eventual aquisição de vidrarias, reagentes e outros insumos laboratoriais para atender às demandas da Embrapa Arroz e Feijão, dos Campos Experimentais e dos Núcleos Regionais, conforme detalhamento a seguir:

1.1. Detalhamento:

ITENS	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE MEDIDA	Quantidade	Percentual mínimo para empenho
1	4-Nitrophenyl N-acetyl-β-D-glucosaminide; CAS 3459–18–5. PM = 342,31 g /mol - frasco com 1 g	FRA	5	10%
2	4-Nitrophenyl β-D-cellobioside; CAS 3482-57-3. PM = 463,39 g /mol - frasco com 500 mg	FRA	3	10%
3	4-Nitrophenyl β-D-cellobioside; CAS 3482-57-3. PM = 463,39 g /mol - frasco com 100 mg	FRA	3	10%
4	4-Nitrophenyl-β-D-glucopyranoside; CAS 3459–18–5. PM = 342,31 g /mol - frasco com 25 g	FRA	3	10%
5	4-Nitrophenyl-β-D-glucopyranoside; CAS 3459–18–5. PM = 342,31 g /mol - frasco com 1 g	FRA	5	10%

6	ABTS grau HPLC, Sinônimo: 2,2-Azino-bis(ácido-3-etilbenzotiazolina-6-sulfônico, Número CAS: 30931-67-0, Pureza: 98%, Fórmula: C ₁₈ H ₂₄ N ₆ O ₆ S ₄ , PM= 548,68 - frasco com 1 g	FRA	3	10%
7	Acetato amônio grau HPLC, Sinônimo: Sal amônio, Número CAS: 631-61-8, Pureza: ≥98%, Fórmula: C ₂ H ₇ NO ₂ , PM = 77,08g/mol, Teores máximos contaminantes: cloreto ≤5ppm, metais pesados (como chumbo) ≤5ppm. - frasco com 500 mg	FRA	6	10%
8	Acetato de etila PA, Sinônimo: Etanoato de Etila, aspecto físico: líquido incolor, límpido, inflamável, pureza mínima: pureza mínima de 99%, composição química: ch ₃ co ₂ c ₂ h ₅ , peso molecular: 88,1 g/mol, característica adicional: reagente p.a., número de referência química: cas 141-78-6 (Produto Controlado pela Polícia Federal) - Frasco com 1 Lt	FRA	25	10%
9	Acetato de sódio grau Biologia Molecular, Sinônimo: Ácido Acético sal sódico, Número CAS: 127-09-03, Pureza: ≥ 99%, Fórmula: CH ₃ COONa, PM = 82,03 g/mol. - Frasco com 1 Kg.	FRA	3	10%
10	Acetonitrila grau HPLC, Sinônimo: ACN, Número CAS: 75-05-8, Pureza: ≥99,9%, Fórmula: CH ₃ CN, PM = 41,05g/mol, - frasco com 4 Lt	FRA	3	10%
11	Ácido Clorídrico P.A., Sinônimo: Cloreto de hidrogênio, Número CAS: 7647-01-0, Pureza: 37%, Fórmula: HCl, PM = 36,46g/mol. - frasco com 1 Lt	FRA	3	10%
12	Ácido Maléico P.A., Sinônimo: Ácido toxídico, Número CAS: 110-16-7, Pureza: ≥ 99%, PM = 116,07 g/mol. - Frasco com 500 g.	FRA	3	10%
13	Ácido Ascórbico L (+) PA, aspecto físico: cristal branco à amarelado, fórmula química: c ₆ h ₈ o ₆ (ácido l-ascórbico), peso molecular: 176,13 g/mol, pureza: pureza mínima de 99%, característica adicional: reagente p.a., número de referência química: cas 50-81-7, - frasco com 100g	FRA	3	10%
14	Ácido Nítrico P.A. ACS/ISO, Número CAS: 7697-37-2, Pureza: mínimo 65%, Fórmula: HNO ₃ , PM = 63,01g/mol, Teores Máximos de Contaminantes: Cloreto (Cl-) < 0,2 ppm; Fosfato (PO ₄ -3) < 0,2 ppm; Sulfato (SO ₄ -2) < 0,5 ppm; Alumínio (Al) < 0,050 ppm; Arsênio < 0,010 ppm; Bário (Ba) < 0,010 ppm; Berílio (Be) < 0,010 ppm; Bismuto (Bi) < 0,020 ppm; Cádmio (Cd) < 0,010 ppm; Chumbo (Pb) < 0,010 ppm; Cobalto (Co) < 0,010 ppm; Crômio (Cr) < 0,020 ppm; Cobre (Cu) < 0,010 ppm; Ferro (Fe) < 0,100 ppm; Germânio (Ge) < 0,020 ppm; Lítio (Li) < 0,010 ppm; Magnésio (Mg) < 0,050 ppm; Mangânes (Mn) < 0,010 ppm; Molibdênio (Mo) < 0,010 ppm; Sódio (Na) < 0,200 ppm; Níquel (Ni) < 0,020 ppm; Ouro (Au) < 0,050 ppm; Prata (Ag) < 0,010 ppm; Platina (Pt) < 0,100 ppm; Potássio (K) < 0,100 ppm; Titânio (Ti) < 0,020 ppm; Vanádio (V) < 0,010 ppm; Zinco (Zn) < 0,020 ppm; Zircônio (Zr) < 0,020 ppm - frasco com 1 Lt	FRA	10	10%
15	Ácido perclórico, aspecto físico: líquido incolor ou levemente amarelado, peso molecular: 100,46 g/mol, fórmula química: hclo ₄ , grau de pureza: concentração mínima de 70%, Cloreto (Cl-) máx - 0,001%, Sulfatos (SO ₄) máx - 0,001%, Metais Pesados (Pb) máx - 0,0001%, Ferro (Fe) máx - 0,0001%, Silicato e fosfato máx - 0,0005%, Compostos Nitrogenados máx - 0,001%, Resíduo por ignição máx - 0,003% característica adicional: - reagente p.a., frasco de 1 litro.	FRA	6	10%
16	Ácido sulfúrico P.A. ACS, Sinônimo: Sulfato de hidrogênio, Número CAS: 7664-93-9, Teor: 95,0-98%, Fórmula: H ₂ SO ₄ , PM = 98,08g/mol, Teores máximo de contaminantes: metais pesados como Chumbo (Pb) ≤ 0,0005%; cinzas sulfatadas ≤ 0,005%; cloreto (Cl-) ≤ 0,005%; ferro (Fe) ≤ 0,0025%.- frasco com 1 Lt	FRA	60	10%
17	Ácido Sulfúrico Solução Volumétrica 0,05 mol/l (0,1 N), Sinônimo: Ácido sulfúrico, Número CAS: 7664-93-9, Pureza: Reagente USP (Titripur®), Fórmula: H ₂ SO ₄ , PM = 98,08 g/mol. - frasco com 1 Lt	FRA	3	10%
18	Ácido Sulfúrico Solução Volumétrica 0,5 mol/l (1 N), Concentrado para preparação de 1000 ml, Número CAS: 7664-93-9, Fórmula: H ₂ SO ₄ , PM = 98,08 g/mol. - frasco com 1 Lt	FRA	3	10%
19	Agar Bacteriológico (AGAR AGAR), em pó (puro). - frasco com 500 g.	FRA	20	10%
20	Agar nutriente Composição (g/L), Extrato de Carne 1,0, Extrato de Levedura 2,0, Peptona 5,0, Cloreto de Sódio 5,0, Agar 15,0, pH Final= 6,8 + 0,2 a 25°C. Acompanhado de certificado de análise do reagente com data de fabricação e de vencimento e validade de no mínimo 3 anos e ficha de segurança. Referencia: K25-610036, frasco de 500g, Kasvi.	FRA	35	10%
21	Agar YPD (extrato de levedura, peptona, dextrose). frasco 500g	FRA	5	10%
22	Agarose grau Biologia Molecular, Número CAS: 39346-81-1. Frasco de 25 g	FRA	4	10%

23	Água sanitária. Solução aquosa à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0%p/p a 2,5% p/p. Embalagem plástica, opaca, com tampa de rosca ou de pressão, devendo constar o percentual de hipoclorito, número de lote, data de fabricação, o prazo de validade do produto (dia/mês/ano), e demais determinação exigidas na Portaria n.º 89, de 25/08/1994, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. - frasco com 1 Lt	FRA	300	10%
24	Álcool Etílico (Etanol) absoluto grau biologia molecular, Sinônimos: Ethyl alcohol, Pure 200 proof, Ethanol, absolute alcohol, non-natured ethanol, Número CAS 64-17-5 Formula CH ₃ CH ₂ OH, Peso Molecular: 46.07, Referencia: E7023, Sigma. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica. - frasco com 1 Lt	FRA	11	10%
25	Álcool Etílico Hidratado 70% INPM, líquido, embalagem pet de 1.000ml. Com notificação ou registro no Ministério da Saúde (ANVISA); Data de fabricação, vencimento e número do lote impressos na embalagem. Validade Mínima de 12 meses. - galão com 5 Lt	GL	20	10%
26	Álcool etílico hidratado 92,8 INPM, Sinônimo: etanol. - frasco com 1 Lt	FRA	500	10%
27	Álcool etílico hidratado, 70° INPM, uso hospitalar .Especificação: teor alcoólico (° INPM) 69,5-75,3.Produto acondicionado em frascos PET opaco, com tampas rosca e lacre em PEAD.Produto com Registro no Ministério da Saúde.A validade mínima a contar do recebimento na Embrapa deverá ser de 24 meses. - frasco com 1 Lt	FRA	400	10%
28	Álcool Isopropílico (Isopropanol, 2-propanol) PA ACS para biologia molecular, Número CAS 67-63-0, Impurezas: 0.003% água, densidade de vapor de 2,1 (ar vs), pressão de vapor de 33 mmHg (20°C), 44 mmHg (25°C), ensaio =99,5%, Temperatura de auto-ignição. 750 ° F, expl. lim. 2% índice de refração n ₂₀ / D 1,377 (lit.), bp 82°C (lit.), mp -89,5°C (lit.), densidade 0,785 g/mL a 25°C (lit.), aptidão adequada para a precipitação dos ácidos nucleicos. - frasco com 1 Lt	FRA	4	10%
29	Álcool metílico ACS reagente, Sinônimo: metanol, Número CAS: 67-56-1, Pureza: ≥99,8%, Fórmula: CH ₃ OH, PM = 32,4g/mol. - frasco com 1 Lt.	FRA	8	10%
30	Alicate decrimper manual para vial com tampas de 20mm. Projetado para remover as tampas de alumínio de maneira rápida, segura e sem danificar os vials padronizados de 20 mm usados em cromatografia. Marcas de referência: Trajan 320991. Sigma-Aldrich Z114278.	UN	3	10%
31	Amilose de batata, Número CAS: 9005-82-7, Pureza: > 98% Fórmula: (C ₆ H ₁₀ O ₅) _n . - frasco com 5 g	FRA	3	10%
32	Aveia em flocos. - frascp com 500 g	FRA	20	10%
33	Azul de bromotimol - frasco com 5 g	FRA	3	10%
34	Balão volumétrico fabricado em vidro borossilicato âmbar com tampa em polipropileno, , classe A, limite de erro ± 0,04 mL, junta 10/19. - capacidade 10 ml	UN	10	10%
35	Balão volumétrico fabricado em vidro borossilicato âmbar com tampa em polipropileno, , classe A, limite de erro ± 0,06 mL, junta 12/21. - capacidade 50 ml	UN	8	10%
36	Bastão de vidro maciço, pontas polidas, diâmetro x comprimento: 8 mm x 300 mm.	UN	10	10%
37	Batata Dextrose AGAR (BDA) com pH de solução 5,6 + 0,2 e composição média/l de 200g de batata, 20 g de D(+) Glucose e 15 g de Agar Acompanhado de certificado de análise e ficha de segurança do reagente com validade de no mínimo 2 anos na entrega. Referencia: 1101300500, Referencia: Merck - frasco de 500 g	FRA	20	10%
38	Béquer fabricado em vidro borossilicato transparente, forma baixa, graduado, com bico vertedor, - capacidade 250 ml	UN	10	10%
39	Béquer fabricado em vidro borossilicato transparente, forma baixa, graduado, com bico vertedor, - capacidade 500 mL.	UN	15	10%
40	Béquer forma alta (Berzelius) em borossilicato, graduado, - capacidade 1000 mL.	UN	10	10%
41	Béquer forma alta (Berzelius) em borossilicato, graduado, com capacidade para 500 mL.	UN	20	10%
42	Biftalato de Potássio. Sinônimo: Hidrogenoftalato de Potássio. Fórmula: C ₈ H ₅ KO ₄ . PM = 20,22 g/mol. Teor mínimo 99,5%. pH da solução a 25°C 0,05M = 3,5-4,5. Substâncias insolúveis< 0,005%;compostos clorados<0,01%; compostos sulfurados<0,005%; metais pesados (como o Pb) <5 ppm; Ferro (Fe) <5 ppm; Sódio (Na) < 0,005%. Marca de referência: Merck. Material de referência como padrão secundário certificado para medidas de pH. - frasco com 250 g	FRA	3	10%
43	BigDye Terminator v3.1, Cycle Sequencing Kit; Marca referência: Applied Biosystems, cat. 4337455, kit para 100 amostras.	Kit	5	10%

44	BigDye XTerminator™ Purification Kit (cat. Number 4376486), kit de purificação rápido e simples para reações de sequenciamento de DNA que remove o BigDye não incorporado. Kit para 100 reações. Marca de referência: Thermo Fisher Scientific	Kit	5	10%
45	Bobina de Papel Kraft, 60cm de largura x 100 metros de comprimento	UN	4	10%
46	Bobina Papel Grau Cirúrgico p/ Autoclave 10 cm x 100 m	UN	10	10%
47	Bobina Papel Grau Cirúrgico p/ Autoclave 20 cm x 100 m	UN	10	10%
48	Bobina Papel Grau Cirúrgico p/ Autoclave 30 cm x 100 m	UN	5	10%
49	Bst 3.0 DNA Polymerase, Large Fragment, 8000 units/mL, Validated for LAMP (contém tampão 10 X isothermal amplification e MgSO4 100 mM) 1.600 unidades (frasco com 200uL)	UN	3	10%
50	Bureta digital 25 mL classe A. Especificação: Volume parcial: 25ml, Exatidão: menor ou igual ±0,07% (18 ul), Volume parcial: 12,5ml, Exatidão: menor ou igual ±0.14% (18 ul), Volume parcial: 2,5ml, Exatidão: menor ou igual ±0,70% (18 ul, Resolução máxima do display: (Volume 25 ml: 0,001 ml, acima de 20 ml titulado 0,01 ml). Acompanha: Certificado de conformidade, Tubo telescópico de aspiração (170-330mm), tubo de dosificação inversa, 2 microbaterias de 1,5V, 3 adaptadores de frascos em PP (GL45/32, GL45/S 40, GL32/NS 29/32), 2 visores de inspeção e manual de instruções. Garantia de 12 meses.	UN	3	10%
51	Cachimbo Volumétrico para Solos . Capacidade Volumétrica: 10,0 ml; Material: polipropileno de alta densidade; haste em latão, com cabo. - capacidade 10,0 ml	UN	4	10%
52	Cachimbo Volumétrico para Solos. Capacidade Volumétrica: 5,0 ml; Material: polipropileno de alta densidade; haste em latão, com cabo. - capacidade 5,0 ml	UN	6	10%
53	Cadinho de fusão forma alta de 45 mL, 49 mm de altura, 41 mm de diâmetro superior, 25 mm de diâmetro inferior.	UN	15	10%
54	Caixa (Rack) para armazenamento de até 100 microtubos criogênicos de 1,5 a 2,0 mL para armazenamento em freezer -86°C, tampa com fecho de segurança e dobradiça, fabricado em polipropileno rígido, autoclavável, dimensões 141 x 151 x 57 mm, poços com identificação alfa-numérica, cor natural, base alfa-numérica para facilitar a identificação das amostras.	UN	10	10%
55	Caixa de fósforo extra longo. - Caixa com 50 unidades	UN	70	10%
56	CALDO BATATA DEXTROSE - . Para o cultivo e enumeração de leveduras e bolores. - Composição/Composição g/l: Infusão de batata: 200.00; Dextrose: 20.00; * Pó desidratado, armazenar em local seco (higroscópico), em recipientes bem fechados abaixo de 25 °C, proteger da luz direta do sol. **4.0 g de extracto de batata é equivalente a 200 g de infusão de batata. - Instruções de uso: Dissolver 24 g em 1000 ml de água destilada. Aquecer gradativamente até a fervura com agitação suave, dissolver o meio por completo. Esterilizar o meio em autoclave a 15 psi (121 °C) durante 15 min. Esfriar até a temperatura ambiente e dispensar em tubos de teste estéreis. - Aparência: Amarelo claro, levemente opalescente. pH (a 25 °C): 5.1±0.2. " - frasco com 500 g	FRA	20	10%
57	Caldo nutriente em pó. Composição (g/L): Extrato de Bife - 1,0, Extrato de Levedura - 2,0 ,Peptona - 5,0,Cloreto de Sódio - 5,0, pH Final (25°C) = 6,8 ± 0,2. Microrganismos: Escherichia coli e Staphylococcus aureus acompanhado de certificado de análise do reagente com data de fabricação e de vencimento e validade de no mínimo 3 anos e ficha de segurança. Referência: K25-610037, Kasvi, - frasco com 500 g	FRA	35	10%
58	Caldo YPD (extrato de levedura, peptona, dextrose). - frasco com 500 g	FRA	5	10%
59	Cápsulas de Estando 8 x 5mm, para análise elementar. Marca de referência Elemental Microanalysis código D1008, Costech 41077. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica. - frasco com 250 unidades	UN	40	10%
60	CARBONATO DE BISMUTO(III) BÁSICO. Sinônimo: Subcarbonato de bismuto. Número CAS: . Teor mínimo de 80-82%. Fórmula: CBi2O5, PM = 509,97 g; densidade = 6,86 g/mL a 25°C. Cloretos <500 mg/Kg; Prata (Ag) < 20 mg/Kg; Cádmio (Cd) < 50 mg/Kg; Cobre (Cu) <10 mg/Kg; Ferro (Fe) < 200 mg/Kg; Chumbo (Pb) <20 mg/Kg; Zinco (Zn)<50 mg/Kg. Marcas de Referência: Fluka e Sigma. - Frasco com 100 g	FRA	3	10%
61	Catalisador Platina 5% em pelets, frasco - Frasco 30g fabricante ElementalMicroanalysis código B1196. Utilizado no Analisador de Carbono Total - Vario TOC ou Analisador de Nitrogênio Rapid N Cube fabricados pela Elemental, Frasco com 30g.	FRASCO	3	10%
62	Caulin, em pó, Sinônimos: hidróxido de silicato de alumínio, bolus, silicato de alumínio hidratado, Número CAS 1332-58-7 - frasco 2,5 kg	FRA	5	10%

63	Cloreto de Cálcio Dihidratado P.A, Número CAS: 10035-04-8, Pureza: 99%, Fórmula: $\text{CaCl}_2 \cdot 2\text{H}_2\text{O}$, PM = 147,01g/mol, Teores máximos de impurezas: materiais Insolúveis $\leq 0,01\%$, subst. oxidantes (como NO_3) $\leq 0,003\%$, $\text{SO}_4 \leq 0,01\%$, $\text{NH}_4 \leq 0,005\%$, Ba $\leq 0,005\%$, Pb ≤ 5 ppm, Fe $\leq 0,001\%$, Mg $\leq 0,005\%$, K $\leq 0,02\%$, Na $\leq 0,02\%$. - frasco com 500 g	FRA	3	10%
64	Cloridrato de Tiamina, Padrão analítico, Pureza: $\geq 99\%$, Sinônimo: Vitamina B1, Número CAS: 67-03-8, PM = 337,27 g/mol. - frasco com 1 g.	FRA	3	10%
65	Cobre - Solução Padrão para Espectrofotometria de Emissão Atômica por Plasma (ICP-AES) 1000 mg/L (1000 ppm) com certificado de análise rastreado ao NIST. Marca SpecSol®. Pronta para Uso. Embalagem frasco Nalgene Polietileno HDPE. - frasco com 125 ml	FRA	3	10%
66	Cobre elementar granular (0,1 a 0,5 mm), Número CAS: 7440-50-8, Fórmula: Cu, PM = 63,55g/mol, Para análise elementar, reagente utilizado no analisador elementar CHNS/O 2400 Perkin Elmer, Marcas de referência: Perkin Elmer código 02400117, Elemental Microanalysis código B1084. Frasco de 454g. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica. - frasco com 454 g	FRA	20	10%
67	Coluna de Combustão (Combustion Tube S/S) Marca de Referência Elemental, Ref C3041	UN	3	10%
68	Coluna de combustão em quartzo, para análise elementar (CHN), compatível com analisador elementar Perkin Elmer CHNS/O modelo 2400. Marcas: Perkin Elmer código N2411264, Elemental Microanalysis código C2015. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	UN	10	10%
69	Coluna de Pós Combustão (Post Combustion Tube) Marca de Referência Elemental, Ref C3042	UN	3	10%
70	Coluna de Redução (Quartz Reduction/Tungsten Tube 29mm) Marca de Referência Elemental, Ref C3040	UN	3	10%
71	Coluna de redução em quartzo, para análise elementar (CHN), compatível com analisador elementar Perkin Elmer CHNS/O modelo 2400. Marcas: Perkin Elmer código N2411291, Elemental Microanalysis código C2016. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	UN	20	10%
72	Coluna para cromatografia líquida de alta eficiência em fase reversa C18 Shim-pack CLC-ODS (M) de tamanho de partículas 5 micrometros, tamanho de poro 100 Å, comprimento 250 mm, diâmetro interno de 4.6 mm. Marca referência: Shimadzu, Ref. 228-17873-92.	UN	3	10%
73	Consumível para analisador de Carbono Orgânico Total (TOC), Marca Elemental, modelo Vario TOC Cube: Crisol de quartzo para cinzas (ash finger, quartz, Ash crucible Quartz) qualidade Elemental part n° 38.00-1290, Microanalysis Catalogue Code C3054 ou superior.	UN	3	10%
74	Consumível para analisador de Carbono Orgânico Total (TOC), Marca Elemental, modelo Vario TOC Cube: Lascas de Quartzo, quartzo granulado (quartz chips). Tamanho das partículas entre 2 e 4 mm. Elemental part n° 05.000.900, Elemental Microanalysis Catalogue Code B1215. Frasco com 50g	Frasco	3	10%
75	Consumível para analisador de Carbono Orgânico Total (TOC), Marca Elemental, modelo Vario TOC Cube: Perclorato de Magnésio. Agente secante granulado (0.7-1.2mm), autoindicativo. Código: AEB1141. Frasco de 100 g	Frasco	3	10%
76	Consumível para analisador de Carbono Orgânico Total (TOC), Marca Elemental, modelo Vario TOC Cube: Tubo de combustão / redução (combustion / reduction tube – quartz, qualidade Elemental part n° 11.00-1150/4, Microanalysis Catalogue Code C3009 ou superior).	UN	3	10%
77	Consumível para analisador de Carbono Total (TOC). Catalisador Platina 5% em pelets, Pt-Kat. Fabricante Elemental Microanalysis código B1196. BN 298549. Frasco de 30 g	Frasco	3	10%
78	DESINFETANTE LÍQUIDO CONCENTRADO – À base de Cloreto de Benzil Alquil Dimetil Amônio (Quaternário de Amônia). Com ação bactericida, germicida e fungicida de amplo espectro. Indicado para desinfecção de superfícies fixas e tecidos. Produto solúvel em água, com alto rendimento. Deve possuir registro na ANVISA e atender às normas da RDC nº 59/2010. Referência: Tipo Lysoform ou equivalente. - frasco com 1 Lt	FRA	6	10%
79	Detergente Neutro Específico para Lavagem de Vidrarias de Laboratório de Análise Química (EXTRAN MA 02). Características Físico-Químicas: Densidade (20° C) = 1.07 g/cm³ ; Odor: Inodoro; Forma: Líquida; Cor: Incolor; Solubilidade em Água (20° C): Solúvel; Temperatura de Ebulição ~ 100° C; Faixa de Variação dos Valores de pH (5 %; Água) : 6,0 – 8,0; Faixa de Variação de Densidade (20 °C/ 4 °C) 1,057 – 1,067; Volume de Espuma (Diluição á 5 % em água) >= 80 ml; - Galão com 5 Lt	FRA	20	10%

80	Dispensador para reagentes agressivos tipo Dispensette III; volume 10-100 mL; graduação 1 mL; resistente à reagentes agressivos como H3PO4, H2SO4, NaOH, KOH, soluções salinas e solventes orgânicos; com pistão de vidro recoberto por uma camada TRX transparente; Ajuste de volume com indicador de dígitos; Esterilizável a 121°C/2bar; acompanhado de três diferentes adaptadores para recipientes, 1 tubo de descarga e 1 tubo para titulação.	UN	3	10%
81	Dispensador para reagentes agressivos tipo Dispensette III; volume 5-50 mL; graduação 1 mL; resistente à reagentes agressivos como H3PO4, H2SO4, NaOH, KOH, soluções salinas e solventes orgânicos; com pistão de vidro recoberto por uma camada TRX transparente; Ajuste de volume com indicador de dígitos; Esterilizável a 121°C/2bar; acompanhado de três diferentes adaptadores para recipientes, 1 tubo de descarga e 1 tubo para titulação.	UN	3	10%
82	DNase I, Amplification Grade. A DNase I, Grau de Amplificação, é adequada para eliminar o DNA durante procedimentos de purificação de RNA críticos, tais como os anteriores à amplificação por RNA-PCR, kit para 100 extrações. Marca de referência: Invitrogen	Kit	5	10%
83	DPPH, Sinônimo: 2,2-Difenil-1-picrilhidrazila, Número CAS: 18898-66-4, PM = 394,32 g/mol. - frasco com 1 g	FRA	3	10%
84	Eletrodo combinado de pH para uso geral em soluções aquosas na faixa de 0 a 14. Temperatura de 0 a 100°C, com corpo de vidro, junção em cerâmica. Referência Ag/AgCl e eletrólito 3M KCl. Acompanhado de termocompensador. O Eletrodo e termocompensador devem ser compatíveis com pHmetro Digimed DM21, ou seja, deve ter conexões idênticas com o eletrodo DMECV1 e termocompensador Pt100.	UN	3	10%
85	Ensaio customizado para Expressão gênica TaqMan. Este ensaio é customizado para expressão gênica possui o serviço de bioinformática do desenho da sonda e primers necessários ao ensaio a partir da submissão confidencial das sequências de nucleotídeos. O ensaio deve conter dois iniciadores de DNA não marcados (primers direto e reverso) e sonda MGB marcada com fluoróforo VIC ou FAM. 360 reações	Kit	10	10%
86	Ensaio TaqMan customizado de Genotipagem de SNP. O ensaio possui o serviço de desenho das sondas e primers necessários ao ensaio TaqMan a partir da submissão confidencial das sequências de nucleotídeos. O ensaio deve conter dois iniciadores de DNA não marcados (primers direto e reverso) com concentração final de 900nM, uma sonda MGB marcada com fluoróforo VIC na concentração final de 200nM que detectará o alelo 1 e uma sonda MGB marcada com fluoróforo FAM na concentração final de 200nM que detectará o alelo 2. Referência:Applied Biosystems 4332075. Kit para 1000 reações em placas de 384 poços. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Frasco	10	10%
87	Ensaio TaqMan customizado de Genotipagem de SNP. O ensaio possui o serviço de desenho das sondas e primers necessários ao ensaio TaqMan a partir da submissão confidencial das sequências de nucleotídeos. O ensaio deve conter dois iniciadores de DNA não marcados (primers direto e reverso) com concentração final de 900nM, uma sonda MGB marcada com fluoróforo VIC na concentração final de 200nM que detectará o alelo 1 e uma sonda MGB marcada com fluoróforo FAM na concentração final de 200nM que detectará o alelo 2. Referência:Applied Biosystems 4332077. Kit para 300 reações em placas de 384 poços. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Frasco	40	10%
88	ENXOFRE, Solução Padrão para Espectrofotometria de Emissão Atômica por Plasma (ICP-AES) 1000 mg/L (1000ppm) com certificado de análise rastreado ao NIST. MarcaSpecSol ®. Pronta para Uso. Embalagem frasco NalgenePolietileno HDPE. - frasco com 250 ml	FRA	3	10%
89	Erlenmeyer em vidro borossilicato de 50 mL boca estreita. Necessário ter uniformidade quanto ao tamanho da boca, pois será utilizada a rolha de silicone número 6 para tampar.	UN	300	10%
90	ERLENMEYER, VIDRO, GRADUADO, 1000 ML, BOCA ESTREITA, COM ORLA	UN	25	10%
91	ERLENMEYER, VIDRO, GRADUADO, 500 ML BOCA ESTREITA, COM ORLA	UN	25	10%
92	Escova para lavar vidrarias, 4 cm de diâmetro, 42 cm de comprimento total. Adequada para lavar provetas de 100 mL.	UN	15	10%
93	Escova para limpeza de vidrarias, diâmetro da escova 10 mm, comprimento total 235 mm.	UN	10	10%
94	Escova para limpeza de vidrarias, diâmetro da escova 20 mm, comprimento total 255 mm.	UN	15	10%
95	Escova para limpeza de vidrarias, diâmetro da escova 40 mm, comprimento total 470 mm.	UN	5	10%
96	Esferas de aço inox AISI316L 5MM diâmetro. Pacote com 500 unid.	PCT	10	10%

97	Esferas de corundum, alumina, diâmetro de 3-6 mm, marca referência: Elemental Microanalysis Cod. B1093. Frasco com 250g. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	FRASCO	3	10%
98	Espaçador em tela de aço inox para sistema de redução em tungstênio. Pacote com 25 unidade. Elemental cód12.01-1008/4, Elemental Microanalysis cód E2250. Pacote com 25 Uns	PCT	8	10%
99	Espátula de 15 cm com colher fabricada em aço inox maciço	UN	30	10%
100	Espátula de 25 cm com colher grande fabricada em aço inox maciço	UN	30	10%
101	Estante (rack) de polipropileno com 60 posições (5 x 12) para tubos de 16 mm (tipo Falcon de 15 mL) e encaixe para amostradores automáticos da Agilent e Perkin Elmer. Para uso em ICP e FIA.	UN	20	10%
102	ExoSAP-IT Express PCR - reagente de limpeza do produto de PCR que consiste em duas enzimas hidrolíticas: uma exonuclease I e fosfatase alcalina de camarão (SAP). Protocolo realizado com apenas um passo de pipetagem diretamente ao produto de PCR para evitar contaminações cruzadas, seguido por duas incubações curtas realizadas em termociclador. Marca de referência: Applied Biosystems. Kit para 100 reações. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Caixa	4	10%
103	ExoSAP-IT Express PCR Product Cleanup with Tracking Dye (cat. number A35004), reagente para limpeza enzimática de produtos de PCR com protocolo super rápido (~ 5 min.). Kit para 500 reações. Marca de referência: Thermo Fisher Scientific	Kit	5	10%
104	FERROÍNA 0,025 M - Solução indicadora redox. Marca de referência Sigma 318922. 100 mL	UN	3	10%
105	Filme Adesivo em alumínio na cor prata para Selagem de Microplaca PCR para utilizar em termociclador. Filme adesivo especialmente desenvolvido para vedação, armazenamento e transporte de amostras, elimina a contaminação poço a poço e reações cruzadas nas aplicações de PCR. Sela poços de microplacas de polipropileno, poliestireno e policarbonato. Resistente a DMSO e outros químicos agressivos. Suporta temperaturas de -40°C a +120°C. Perfurável com a ponta de ponteira. AB0626. Applied Biosystems. Caixa com 100 unidades. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	UN	4	10%
106	Filme Adesivo óptico para serem utilizados como vendantes em placas de 96 poços e 384 poços. Deve ser comprovadamente compatível com os equipamentos da marca Applied Biosystem® 7500Fast® e QuantStudio 7® com bloco de 384 poços. O fornecedor deverá comprovar que o produto é óptico, afim de que evite interferência no sinal fluorescente. O produto deve ter sido aprovado previamente pela equipe técnica para ser confirmada a qualidade da vedação, uma vez que essa característica previne a evaporação da amostra e a contaminação cruzada entre os poços, Applied Biosystems. Caixa com 100 adesivos. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica. - Caixa	UN	6	10%
107	FILME EMBALAGEM, PVC - CLORETO DE POLIVINILA, ESTICÁVEL, 28 CM, 100 M, TRANSPARENTE - rolo	UN	30	10%
108	Refil Filtro Absoluto 0,2 Micra (0,2M/10"), com substituição a cada 10.000 litros. Utilizado nos modelos BT 701, BT 702, BT 703 da marca Biothec.	UN	3	10%
109	Filtro (Refil) de Carvão Ativado: Carvão Ativado Block, 5M 10" X 2 ½" BTFCA 510; Troca +- a cada 10.000 litros; Utilizado nos modelos BT 701, BT 702, BT 703; Produto com certificação NSF.	UN	3	10%
110	Filtro de oxigênio para gases especiais Restek Super Clean Ultra-High Capacity Oxygen Filter, para montagem na base em alumínio Restek. Com indicador de umidade na cor verde. Pressão máxima de trabalho igual a 160 psi. Pureza do gás após purificação maior igual a 99,9999%. Código RESTEK 22029.	UN	3	10%
111	Filtro de seringa 0,22µm. Membrana PES. Filtro descartável esterilizado por raios gama com porosidade de 0,22µm. Livre de agentes pirogênicos. Máximo de pressão 0,5Mpa (5bar)	UN	200	10%
112	Filtro de seringa 0,45µm. Membrana PES. Filtro descartável esterilizado por raios gama com porosidade de 0,45µm. Livre de agentes pirogênicos. Máximo de pressão 0,5Mpa (5bar)	UN	200	10%
113	Filtro de umidade para gases especiais Restek Super Clean Ultra-High Capacity Moisture Filter, para montagem na base em alumínio Restek. Com indicador de umidade na cor amarela. Pressão máxima de trabalho igual a 160 psi. Pureza do gás após purificação maior igual a 99,9999%. Código RESTEK 22028 .	UN	3	10%

114	Filtro específico para purificação de gás hélio Restek Super Clean (alta capacidade de remoção de hidrocarbonetos, umidade e oxigênio), para montagem na base em alumínio Restek. Pressão máxima de trabalho igual a 160 psi. Pureza do gás após purificação maior igual a 99,9999%. Código RESTEK 21982.	UN	3	10%
115	Fita indicadora de pH 0-14. caixa com 100 fitas	Caixa	10	10%
116	Fita Zebrada Amarela e Preta Rolo 7cmx200m Isolamento Sinalização	Rolo	4	10%
117	Formamida Hi-Di, frasco com 25ml. Suficiente para 80 corridas. Para uso exclusivo com o Sequenciador Automático modelos ABI PRISM 3100 Genetic Analyzer with Computer Workstation, Applied Biosystems 3130 Genetic Analyzer, Applied Biosystems 3730 DNA Analyzer, Applied Biosystems 3730xl DNA Analyzer. Referencia: 4311320, Applied Biosystems	FRA	30	10%
118	Fosfato de potássio dibásico anidro P.A. ACS/ISO, Sinônimo: Fosfato dipotássico, Número CAS: 7758-11-4, Pureza: ≥98%, Fórmula: K ₂ HPO ₄ , PM = 174,18g/mol, Teores máximos de impurezas: cloreto ≤0,003%, sulfato ≤0,005%, metais pesados (como chumbo) ≤0,0005%, ferro ≤0,001%, sódio ≤0,5%. - frasco com 500 g	FRA	3	10%
119	Fosfato de potássio monobásico anidro P.A. ACS/ISO, Sinônimo: Fosfato monopotássico, Número CAS: 7778-77-0, Pureza: ≥99%, Fórmula: KH ₂ PO ₄ , PM = 136,09g/mol, Teores máximos de impurezas: cloreto ≤0,01%, cloreto ≤0,0005%, sulfato ≤0,003%, nitrogênio ≤0,001%, metais pesados ≤0,001%, ferro ≤0,001%, sódio ≤0,005%. - frasco com 500 g	FRA	3	10%
120	Frasco de laboratório, em vidro borosilicato, graduado, com tampa de rosca e anel contra gotas, com capacidade de 1000ml	UN	35	10%
121	Frasco de laboratório, em vidro borosilicato, graduado, com tampa de rosca e anel contra gotas, com capacidade de 100ml, diametro de 5,5cm.	UN	25	10%
122	Frasco de laboratório, em vidro borosilicato, graduado, com tampa de rosca e anel contra gotas, com capacidade de 250ml	UN	75	10%
123	Frasco de laboratório, em vidro borosilicato, graduado, com tampa de rosca e anel contra gotas, com capacidade de 500ml codigo interno ASI:25041	UN	35	10%
124	Frasco reagente de vidro borosilicato âmbar de 100 mL, graduado, com tampa em polipropileno azul, com anel de vedação anti-gotas, autoclavável até 140 °C.	UN	10	10%
125	Frasco reagente de vidro borosilicato âmbar de 250 mL, graduado, com tampa em polipropileno azul, com anel de vedação anti-gotas, autoclavável até 140 °C.	UN	4	10%
126	Funil analítico liso, fabricado em vidro borosilicato, com haste curta, capacidade 500 mL, diâmetro da boca 150 mm.	UN	3	10%
127	Funil analítico liso, fabricado em vidro borosilicato, com haste curta, capacidade 60 mL, diâmetro da boca 75 mm.	UN	5	10%
128	Gama-orizanol puro, Número CAS: 11042-64-1. Frasco de 50 g.	Frasco	3	10%
129	GelRed 10.000X em água (0.1 mL, código 41003-T). Marca de referência: Uniscience	Frasco	3	10%
130	GeneScan 500 Rox dye Size Standard para dimensionamento de fragmentos de DNA por eletroforese capilar. Ref. 401734. 800 reações. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Caixa	4	10%
131	Glicerol grau Biologia Molecular, Sinônimo: Glicerina, Número CAS: 56-81-5, Pureza: ≥99%, Fórmula: C ₃ H ₈ O ₃ , PM = 92,09g/mol, Teores máximos de impurezas: ferro ≤5ppm, magnésio ≤5ppm, metais pesados (Pb) ≤5ppm. - frasco com 1 Lt	FRA	10	10%
132	Glicose anidra / Dextrose PA, aspecto físico cristal incolor ou pó branco cristalino, inodoro, fórmula química C ₆ H ₁₂ O ₆ anidra, peso molecular 180,16, grau de pureza pureza mínima de 99,5%. - Frasco com 500 g	FRA	10	10%
133	Graxa De Silicone Alto Vacuo Para Equip De Laboratório - frasco com 50 g	FRA	3	10%
134	Heptamolibdato de Amônio Tetrahidratado P.A. ACS, Número CAS: 12054-85-2, Pureza: ≥ 99%, Fórmula: H ₂ 4Mo7N6O ₂₄ .4H ₂ O, PM = 1235,86 g/mol, densidade = 2,498 g/mL a 25°C. Metais pesados (como Pb) <5 mg/Kg; ; Cloreto (Cl) <10 mg/Kg; Fosfato (PO ₄) <5mg/Kg,, Insolúveis <5 mg/Kg; Magnésio (Mg) <5 mg/Kg; Potássio (K) <50 mg/Kg; Sódio (Na) <50 mg/Kg. - frasco com 100 g	FRA	3	10%
135	Hidróxido de potássio P.A, Número CAS: 1310-58-3, Pureza: ≥85%, Fórmula: KOH, PM = 56,11g/mol, Teores máximos de impurezas: ferro ≤0,002%, cloreto ≤0,01%, sulfato ≤0,005%. - frasco com 1 kg	FRA	3	10%
136	Hidróxido de sódio ACS reagente, Número CAS: 1310-73-2, Pureza: ≥98%, Fórmula: NaOH, PM = 40,0g/mol. - frasco com 1 Kg.	FRA	6	10%
137	Hipoclorito de sódio P.A, Número CAS: 7681-52-9, Pureza: 4-6%, Fórmula: NaClO, PM = 74,44g/mol. - frasco com 1 Lt	FRA	3	10%

138	HybriDetect - Universal Lateral Flow Assay Kit. HybriDetect é uma tira de teste universal pronta para uso (fita) baseada na tecnologia de fluxo lateral usando partículas de ouro. Kit com 100 fitas	Kit	3	10%
139	Isopropanol, ≥99.5%, grau ACS Reagent, adequado para extração de RNA (cat. number 190764-1L). Marca de referência: Sigma	Frasco	4	10%
140	Jaleco descartável tamanho G - Pct. com 10 un.	UN	10	10%
141	Jaleco descartável tamanho GG - Pct. com 10 un.	UN	10	10%
142	Jaleco descartável tamanho M - Pct. com 10 un.	UN	10	10%
143	Jaleco descartável tamanho P - Pct. com 10 un.	UN	10	10%
144	Kit Aurum Total RNA Fatty and fibrous tissue pack (Cat. n.: 732-6870) - para extração de RNA de sementes de feijão. Marca de referência: Bio-Rad kit de 50 amostras	Kit	3	10%
145	Kit Aurum Total RNA Mini Kit (Cat. n.: 7326820) - para extração de RNA de sementes de feijão. Marca de referência: Bio-Rad kit de 50 amostras	Kit	5	10%
146	Kit de SuperScript II Reverse Transcriptase (RT), 10.000 unidades, 50 Reações. Marca referência: Invitrogen, 18064-014. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Frasco	3	10%
147	Kit para determinação de D-Glicose – formato GOPOD (Glucose Oxidase/Peroxidase), composto por: 2 frascos de reagente tampão GOPOD (50 mL cada, tampão fosfato com pH aproximado de 7,4, contendo ácido p-hidroxibenzóico e azida sódica como conservante); 2 frascos de reagente enzimático GOPOD (glicose oxidase, peroxidase e 4-aminoantipirina, em pó liofilizado); 1 frasco de solução padrão de D-glicose (5 mL, concentração de 1,0 mg/mL em solução conservante de ácido benzóico 0,2% p/v). Kit com capacidade aproximada para 660 determinações (considerando volume de reação de 3,0 mL por ensaio). Marca referência: Megazyme/Neogen (K-GLUC), formato GOPOD.	Kit	3	10%
148	Kit para extração de DNA (plantas) de alto peso molecular. Com sistema de colunas, kit para 50 amostras.	Kit	5	10%
149	Kit para extração de RNA (tecido de planta e animal), permite a purificação de até 1000 ug de RNA total, com sistema de colunas de membrana-sílica, sem utilização de fenol/clorofórmio, ausência de gradiente de cloreto de cério, sem precipitação por cloreto de lítio ou etanol, seus reagentes e constituintes devem ser livres de RNase, deve conter os microtubos necessários para a manipulação da amostra nas diferentes fases da extração (1,5 mL e/ou 2,0 mL) Kit para 50 amostras	Kit	6	10%
150	Kit para extração de RNA, permite a purificação de até 100 ug de RNA total, com sistema de colunas de membrana-sílica, sem utilização de fenol/clorofórmio, ausência de gradiente de cloreto de cério, sem precipitação por cloreto de lítio ou etanol, seus reagentes e constituintes devem ser livres de RNase, deve conter os microtubos necessários para a manipulação da amostra nas diferentes fases da extração (1,5 mL e/ou 2,0 mL). kit para 50 amostras.	Caixa	4	10%
151	Kit para extração simultânea de DNA genômico e RNA total a partir de células e tecidos. A extração dos ácidos nucleicos (DNA e RNA) deverá ser realizada em colunas de centrifugação (spin column). O DNA extraído deve ser apto para utilizar nas seguintes análises: sequenciamento da próxima geração (NGS), PCR tradicional, PCR em tempo real, análise de southern blotting, genotipagem de SNPs. O RNA extraído deve ser apto para utilização das seguintes análises: RNA-seq, PCR quantitativo, síntese de cDNA e análises de microarray e northern blotting. Kit para 50 amostras. Invitrogen. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Caixa	3	10%
152	Kit PCR Multiplex, Kit para 1000 x50 µL reações multiplex PCR: 2x QIAGEN Multiplex PCR Master Mix (fornecendo uma concentração final de 3 mM MgCl ₂ , 1 x 25 ml), 5x Q-Solução (1 x 10 ml), água livre de RNase (1 x 20 ml), Kit para 1000 reações Marca de referência: Qiagen, Ref. 206145.	Kit	4	10%
153	KIT WARMSTART COLORIMETRIC LAMP 2X MASTER MIX (DNA/RNA) - CÓDIGO: M1800S - 100 REAÇÕES	Kit	5	10%
154	KIT WARMSTART FLUORESCENT LAMP/RT-LAMP - CÓDIGO: E1708S - 100 REAÇÕES	Kit	5	10%
155	Lã de prata, fios com 0,05mm de diâmetro. Para análise elementar. Marcas: Elemental cod. 200005872 , Elemental Microanalysis cod. B1231 FRASCO DE 50 g	FRASCO	8	10%

156	Lacrador (crimper) e deslacrador (decrimp) eletrônico para vials de pressão de 20 mm. Kit com Crimpador e decrimpador automático forte suficiente para tampas totalmente em aço, recomendado para aplicações em grandes volumes e extenuantes, funciona a bateria mas possui fonte de alimentação fixa e com cabo, 220V. Possuir controles de aumentar ou diminuir a crimpagem e a remoção no topo da lacrador ou em local de fácil manuseio. Marcas de referência: Thermo Scientific 60180-ECRH20KIT ; TRAJAN (6AHP50+ 320955+ 320965) ou de qualidade similar ou superior. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	UNIDADE	3	10%
157	Lacre de alumínio 20mm (padrão) para frascos de vidro headspace da marca CRS. Marca referência: CRS código 320001, Thermo Scientific cod. C4020-3A ou de qualidade igual ou superior. - pacote com 1000 unidades	UN	4	10%
158	Ladder para realização de análise e quantificação de mRNA em equipamento Bioanalyzer. Especificação: RNA 6000 Nano ladder, marca Agilent, número de catálogo 5067-1529.	UN	4	10%
159	Lambda DNA 250µg, 500ug.ml-1. Frasco 250ug.	Frasco	3	10%
160	Lâmina de bisturi nº10 fabricada em aço inoxidável. - caixa com 100 unidades.	UN	10	10%
161	Lâmina de bisturi nº11 fabricada em aço inoxidável. - cixa com 100 unidades.	UN	10	10%
162	LÂMPADA LED TUBULAR DE 20W TLED COM 120cm DE COMPRIMENTO	UN	15	10%
163	LÂMPADA LED TUBULAR DE 20W TLED COM 90cm DE COMPRIMENTO	UN	15	10%
164	Lâmpada ultravioleta germicida tubular para câmara de fluxo laminar tamanho aproximado: 89cm / 26mm diâmetro para 30W/220V	UN	15	10%
165	Lasca (chips) de Quartz (Sílica) granular 1 a 2mm. Marca de referência Elemental Microanalysis cód. B1214. - frasco com 100 g	UN	5	10%
166	Lençol ou manta de borracha para bancada 1m de largura e espessura de 3 mm, cor preta.	MT	50	10%
167	Luva em látex nitrílica para procedimentos não cirúrgicas, não esterilizada, lisa, descartável, anatômica, ambidestra, hipoalergênica, levemente pulverizada sem pó/talco bioabsorvível, cor azul, ambidestra, Tamanho: M. CA: 33677. -caixa com 100 unidades	CX	10	10%
168	Luva em látex nitrílica para procedimentos não cirúrgicas, não esterilizada, lisa, descartável, anatômica, ambidestra, hipoalergênica, levemente pulverizada sem pó/talco bioabsorvível, cor azul, ambidestra. Tamanho: P. CA: 33677. -caixa com 100 unidades	CX	4	10%
169	Magenta vessel modelo GA-7 de policarbonato, tampa em polipropileno, autoclavável. L x C x A: 77 mm x 77 mm x 97 mm. Pacote com 100 unidades	PCT	10	10%
170	MAGNÉSIO - Solução Padrão para Espectrofotometria deEmissão Atômica por Plasma (ICP-AES) 10.000 mg/L(10.000 ppm) com certificado de análise rastreado ao NIST.Marca SpecSol ®. Pronta para Uso. Embalagem frascoNalgene Polietileno HDPE. - frasco com 250 ml	FRA	3	10%
171	MANGANES - Solução Padrão para Espectrofotometria deEmissão Atômica por Plasma (ICP-AES) 1000 mg/L (1000ppm) com certificado de análise rastreado ao NIST. MarcaSpecSol ®. Pronta para Uso. Embalagem frasco NalgenePolietileno HDPE. - frasco com 250 ml	FRA	3	10%
172	Marcador Peso Molecular, Lader 100 pb 500 µl (50 µg), concentração 0,1 µg/ µl. Consiste 12 fragmentos DNA (em pares base): 2.080, 1.500, 1.000, 900, 800, 700, 600, 500, 400, 300, 200 e 100. - fgrasco para 100 reações.	FRA	4	10%
173	Máscara cirúrgica descartável, com elástico, 100% polipropileno, hipoalergênica, atóxica, insenta de fibra de vidro, sem látex, não estéril, cor branca. Eficiência de filtragem ≥ 95%. - caixa com 50 unidades.	UN	30	10%
174	Micropipeta manual de 0,5-5 mL, volume variável, monocal, pipetagem por sistema de almofada de ar, incremento de volume de 0,005 mL, modo de operação manual, cone de ponteira com mola, erro de medição aleatória: (500 µL: ± 0,6%; ± 3 µL, 2.500 µL: ± 0,25%; ± 6,25 µL, 5000 µL: ± 0,15%; ± 7,5 µL) , erro de medição sistemática: (500 µL: ± 2,4%; ± 12 µL, 2.500 µL: ± 1,2%; ± 30 µL, 5000 µL: ± 0,6%; ± 30 µL) , autoclavável, sistema aberto de consumíveis, acompanha: manual de instruções, certificado de calibração e ferramenta de ajuste (chave Allen), pacote com no mínimo 10 ponteiras de 5 mL (ponteiras alongadas com 160-175 mm de comprimento).	UN	3	10%

175	Micropipeta manual de 100-1000 µL, volume variável, monocal, pipetagem por sistema de almofada de ar, incremento de volume de 1 µL, modo de operação manual, cone de ponteira com mola, erro de medição aleatória: (100 µL: ± 0,6%; ± 0,6 µL, 500 µL: ± 0,2%; ± 1 µL, 1000 µL: ± 0,2%; ± 2 µL), erro de medição sistemática: (100 µL: ± 3%; ± 3 µL, 500 µL: ± 1%; ± 5 µL, 1000 µL: ± 0,6%; ± 6 µL), autoclavável, sistema aberto de consumíveis, acompanha: manual de instruções, certificado de calibração e ferramenta de ajuste (chave Allen).	UN	4	10%
176	MICROPIPETA MONOCANAL 20 - 200 uL, volume variável, monocal, Display com 4 dígitos - Haste estreita permitindo o trabalho em recipientes estreitos - Pistão resistente à corrosão - Easy Calibration: Função permite o ajuste com apenas uma medição - Limpeza fácil e rápida, sem o uso de ferramentas - Compatível com as ponteiros padrão de mercado, - Volume: 20-200ul (microlitros) - Divisão: 0,2 ul (microlitros) - Exatidão: 0,6% (1,2 ul microlitros) ± - Coeficiente de variação: 0,2% (0,4ul microlitros) - Compatível com ponteiros padrão de mercado de 200ul (ou cód. amarelo)	UN	3	10%
177	Micropipeta multicanal (12 canais). Características técnicas:- Capacidade máxima: 200ul - Ajuste do Volume de trabalho: 20 - 200ul - Canais: 12 - incrementos de escala de: 0,01 µL.- Precisão: menor ou igual a 0,50µL - Exatidão: ± 0,25µL - Display de 3 dígitos- Sistema de ajuste de volume com trava.	UN	3	10%
178	Micropipeta multicanal (12 canais). Características técnicas:- Capacidade máxima: 20ul - Ajuste do Volume de trabalho: 2 - 20ul - Canais: 12 - incrementos de escala de: 0,01 µL.- Precisão: menor ou igual a 0,50µL - Exatidão: ± 0,25µL - Display de 3 dígitos- Sistema de ajuste de volume com trava.	UN	3	10%
179	Micropipeta multicanal (8 canais). Características técnicas:- Capacidade máxima: 200ul - Ajuste do Volume de trabalho: 20 - 200ul - Canais: 12 - incrementos de escala de: 0,01 µL.- Precisão: menor ou igual a 0,50µL - Exatidão: ± 0,25µL - Display de 3 dígitos- Sistema de ajuste de volume com trava.	UN	3	10%
180	Micropipeta multicanal (8 canais). Características técnicas:- Capacidade máxima: 20ul - Ajuste do Volume de trabalho: 2 - 20ul - Canais: 12 - incrementos de escala de: 0,01 µL.- Precisão: menor ou igual a 0,50µL - Exatidão: ± 0,25µL - Display de 3 dígitos- Sistema de ajuste de volume com trava.	UN	3	10%
181	Microplaca de PCR, 96 poços, meia borda (half-Skirt), capacidade de 200µl, fabricada em polipropileno transparente atóxico com 99.9% de pureza, livre de DNase, RNase e pirogênicos, autoclaváveis até 121°C por 15 minutos. Compatíveis com os equipamentos ABI 3100 e 3500, Axygen, Pacote com 10 unidades.	PCT	10	10%
182	Microplacas de PCR ópticas, para 384 amostras, livre de Dnases, RNases e inibidores de PCR; para uso nos sistemas de PCR Quantitativo em Tempo Real QuantStudio 7 Flex. Pacote com 50 unidades	PCT	3	10%
183	Microplacas de PCR ópticas, para 96 amostras, com código de barras, livre de Dnases, RNases e inibidores de PCR; para uso nos sistemas de PCR Quantitativo em Tempo Real ABI PRISM 7500. Applied Biosystems. Pacote com 10 unidades.	PCT	10	10%
184	Microtubo de microcentrifugação (tipo eppendorf), 1,5mL, fundo cônico, cor natural, graduado, fabricado em polipropileno atóxico com 99,9% de pureza, resistente a pressões de até 55 psi, autoclavável a 120°C por até 15 minutos, resistente a centrifugações de até 20.000 RCF, tampa com trava Snaplock, área para identificação na parte superior da tampa plana, e na lateral do tubo. Com certificado livre de DNase, RNase e pirogênios. Pacote com 500 microtubos.	PCT	50	10%
185	Microtubo de PCR, transparente, volume de 0,5 mL, fabricado em polipropileno transparente atóxico com 99,9% de pureza; paredes ultrafinas, sensíveis e sem marcações; tampa de superfície chata, que assegura um encaixe firme, autoclavável até 121 °C por 15 minutos, com certificado livre de DNase, RNase e pirogênios. Pacote com 1000 unidades	PCT	10	10%
186	Microtubo tipo Eppendorf com capacidade 1,5 mL, transparente, fundo cônico, graduado, fabricado em polipropileno atóxico com 99,9% de pureza, autoclavável, resistente à centrifugação de até 20.000 RCF, tampa com trava de segurança, superfície fosca na tampa e na lateral para identificação; livre de DNase, RNase e pirogênicos. Pacote com 500 unidades	PCT	10	10%
187	Microtubo tipo Eppendorf com capacidade 2,0 mL transparente, fundo redondo, graduado, fabricado em polipropileno atóxico com 99,9% de pureza, autoclavável, resistente à centrifugação de até 20.000 RCF, tampa com trava de segurança, superfície fosca na tampa e na lateral para identificação; livre de DNase, RNase e pirogênicos. Pacote c/ 1000 unidades	PCT	10	10%

188	Microtubo tipo Eppendorf com capacidade 2,0 mL transparente, fundo redondo, graduado, fabricado em polipropileno atóxico com 99,9% de pureza, autoclavável, resistente à centrifugação de até 20.000 RCF, tampa com trava de segurança, superfície fosca na tampa e na lateral para identificação; livre de DNase, RNase e pirogênicos. Pacote com 1000 unidades	PCT	80	10%
189	Peneira (Tamis) redonda para análises granulométricas, ASTM/US 10, MESH/TYLER 10, ABERTURA 2 mm. Aro rígido em aço inox, com 8" (polegadas) de diâmetro por 2" (polegadas) de altura. Malhas fabricadas seguindo as normas ABNT/ ASTM/TYLER.	UN	3	10%
190	Peneira (Tamis) redonda para análises granulométricas, ASTM/US 60, MESH/TYLER 60, ABERTURA 250 mm. Aro rígido em aço inox, com 8" (polegadas) de diâmetro por 2" (polegadas) de altura. Malhas fabricadas seguindo as normas ABNT/ ASTM/TYL.	UN	5	10%
191	Peneira (Tamis) redonda para análises granulométricas, ASTM/US 80, MESH/TYLER 80, ABERTURA 180 mm. Aro rígido em aço inox, com 8" (polegadas) de diâmetro por 2" (polegadas) de altura. Malhas fabricadas seguindo as normas ABNT/ ASTM/TYLER.	UN	5	10%
192	Pilha AAA recarregável, tipo Ni-Mh, tamanho AAA 2100mAh, com garantia mínima de um ano, - pacote com 02 unidades.	UN	40	10%
193	Pilha recarregável Ni-Mh, tamanho AA, capacidade de corrente 2100mAh (ou superior), com garantia mínima de um ano, marca de referência Sony. - pacote com 02 unidades.	UN	40	10%
194	Pincel para pintura 2", cerdas gris, cabo plástico	UN	4	10%
195	Pincel para pintura 3/4", cerdas gris, cabo plástico	UN	10	10%
196	Pipeta Pasteur em vidro de 23 cm, ponta longa, capacidade de 2 mL, caixa com 250 unidades	Caixa	3	10%
197	Pipeta Pasteur em vidro de 23 cm, ponta longa, capacidade de 3 mL, caixa com 250 unidades	Caixa	3	10%
198	Pisseta, frasco lavador confeccionado em polietileno ou polipropileno translúcido com a identificação "Água" ou "Água deionizada", com bico curvo e capacidade de 500 mL. Frasco com a tampa e boca ajustada de tal modo que não haja vazamento quando em uso.	UN	10	10%
199	Pisseta, frasco lavador confeccionado em polietileno ou polipropileno translúcido, com bico curvo e capacidade de 500 mL. É desejável que contenha a identificação "Detergente". Tampa e boca ajustada de tal modo que não haja vazamento quando em uso.	UN	10	10%
200	Pisseta, frasco lavador confeccionado em polietileno ou polipropileno translúcido com a identificação "Álcool" ou "Álcool etílico" ou "Etanol", com bico curvo e capacidade de 500 mL. Frasco com a tampa e boca ajustada de tal modo que não haja vazamento quando em uso.	UN	10	10%
201	Placa de Petri descartável, 60 x 15mm lisa, sem divisão, estéril, com encaixe perfeito ao empilhar, produzida em poliestireno cristal atóxico próprio para meios de cultura pronto para crescimento bacteriano ou fúngico e análise de materiais. Placas produzidas em área limpa (fluxo laminar) classe 100, conforme os padrões de exigências das normas: Norma federal standard 209E, norma Brasileira ABNT – NBR 13.700 e norma ISO 14644 – 1, garantindo um ambiente de processo isento de qualquer sujeiras ou contaminação. Embalagem com 10 placas em um saco plástico de alta densidade com medidas de 17 x 28 x 0,08cm, com uma solda e reembalado em outro saco igual ao 1º com duas soldas propiciando melhor segurança na esterilização ou embaladas em apenas um saco plástico e esterilizadas por óxido de etileno ou radiação.	PCT	500	10%
202	Placa de Petri descartável, 90 x 15mm lisa, sem divisão, estéril, com encaixe perfeito ao empilhar, produzida em poliestireno cristal atóxico próprio para meios de cultura pronto para crescimento bacteriano ou fúngico e análise de materiais. DIMENSÕES da placa: Diâmetro da tampa: Interno = 89.80mm Externo = 91.12mm Diâmetro do corpo: Interno = 85.65mm Externo = 86.88mm Altura do conjunto = 15.50mm Espessura da parede: corpo = 0,8mm e Tampa = + - 0,8mm. Placas produzidas em área limpa (fluxo laminar) classe 100, conforme os padrões de exigências das normas: Norma federal standard 209E, norma Brasileira ABNT – NBR 13.700 e norma ISO 14644 – 1, garantindo um ambiente de processo isento de qualquer sujeiras ou contaminação. Embalagem com 10 placas em um saco plástico de alta densidade com medidas de 17 x 28 x 0,08cm, com uma solda e reembalado em outro saco igual ao 1º com duas soldas propiciando melhor segurança na esterilização ou embaladas em apenas um saco plástico e esterilizadas por óxido de etileno ou radiação.	PAC	700	10%

203	Placa de petri em vidro borossilicato, com dimensões de 100 x 20 mm, com tampa.	UN	100	10%
204	Polietilenoglicol 6000, Sinônimo: PEG, Número CAS: 25322-68-3, Fórmula: H(OCH ₂ CH ₂) _n OH, , mp 60-63°, autoignition 581°F, vapor pressure <0.01 mmHg (20 °C), vapor density >1 (vs air), Marca de referência: Sigma, Ref. 81260. Frasco de 1 Kg	FRA	3	10%
205	Ponteira de microvolume 0,1 a 10ul, com barreira hidrofóbica de aerossol (com filtro), curta, ponta fina, descartável, fabricada em polipropileno transparente atóxico com 99.9% de pureza, com certificado de livre de DNase, RNase e pirogênicos, esterilizada por radiação gama ou beta, acondicionada em caixa com tampa do tipo rack original do fabricante com 96 unidades. Conjunto (rack e ponteiros) autoclavável a 121 graus Celsius por 15 minutos a 15 psi. Marcas de nível para rápida verificação de volume; Rastreabilidade - BPL; Anel de selagem para encaixe e vedação perfeitos; Translúcido - sem pigmentos; Assegura resultados reprodutíveis; Possui certificado de qualidade, com número de identificação, o que permite rastrear todo o processo de fabricação; As versões esterilizadas são acompanhadas de um certificado de esterilização; Fabricadas sem aditivos ou corantes. Caixa com 10 racks.	Caixa	10	10%
206	Ponteira de microvolume 0,1 a 10ul, com barreira hidrofóbica de aerossol (com filtro), curta, ponta fina, descartável, fabricada em polipropileno transparente atóxico com 99.9% de pureza, com certificado de livre de DNase, RNase e pirogênicos, esterilizada por radiação gama ou beta, acondicionada em embalagem original do fabricante com 1000 unidades. Autoclavável a 121 graus Celsius por 15 minutos a 15 psi. Marcas de nível para rápida verificação de volume; Rastreabilidade - BPL; Anel de selagem para encaixe e vedação perfeitos; Translúcido - sem pigmentos; Assegura resultados reprodutíveis; Possui certificado de qualidade, com número de identificação, o que permite rastrear todo o processo de fabricação; As versões esterilizadas são acompanhadas de um certificado de esterilização; Fabricadas sem aditivos ou corantes.	Caixa	20	10%
207	Ponteira de microvolume 0,1 a 10ul, com barreira hidrofóbica de aerossol (filtro), curta, ponta fina, descartável, fabricada em polipropileno transparente atóxico com 99.9% de pureza, com certificado de livre de DNase, RNase e pirogênicos, esterilizada por radiação gama ou beta, acondicionada em caixa com tampa do tipo rack original do fabricante com 96 unidades. Conjunto (rack e ponteiros) autoclavável a 121 graus Celsius por 15 minutos a 15 psi. Marcas de nível para rápida verificação de volume; Rastreabilidade - BPL; Anel de selagem para encaixe e vedação perfeitos; Translúcido - sem pigmentos; Assegura resultados reprodutíveis; Possui certificado de qualidade, com número de identificação, o que permite rastrear todo o processo de fabricação; As versões esterilizadas são acompanhadas de um certificado de esterilização; Fabricadas sem aditivos ou corantes. Caixa com 960 unidades (10 racks com 96 unidades)	Caixa	20	10%
208	Ponteira de microvolume 0,1 a 10ul, sem barreira hidrofóbica de aerossol (sem filtro), curta, ponta fina, descartável, fabricada em polipropileno transparente atóxico com 99.9% de pureza, com certificado de livre de DNase, RNase e pirogênicos, esterilizada por radiação gama ou beta, acondicionada em embalagem original do fabricante com 1000 unidades. Autoclavável a 121 graus Celsius por 15 minutos a 15 psi. Marcas de nível para rápida verificação de volume; Rastreabilidade - BPL; Anel de selagem para encaixe e vedação perfeitos; Translúcido - sem pigmentos; Assegura resultados reprodutíveis; Possui certificado de qualidade, com número de identificação, o que permite rastrear todo o processo de fabricação; As versões esterilizadas são acompanhadas de um certificado de esterilização; Fabricadas sem aditivos ou corantes.	Caixa	10	10%
209	Ponteira de microvolume 1 a 20ul, com barreira hidrofóbica de aerossol (filtro), curta, ponta fina, descartável, fabricada em polipropileno transparente atóxico com 99.9% de pureza, com certificado de livre de DNase, RNase e pirogênicos, esterilizada por radiação gama ou beta, acondicionada em embalagem original do fabricante com 1000 unidades. Autoclavável a 121 graus Celsius por 15 minutos a 15 psi. Marcas de nível para rápida verificação de volume; Rastreabilidade - BPL; Anel de selagem para encaixe e vedação perfeitos; Translúcido - sem pigmentos; Assegura resultados reprodutíveis; Possui certificado de qualidade, com número de identificação, o que permite rastrear todo o processo de fabricação; As versões esterilizadas são acompanhadas de um certificado de esterilização; Fabricadas sem aditivos ou corantes	PCT	20	10%

210	Ponteira de microvolume 100 a 1000ul, com barreira hidrofóbica de aerossol (filtro), longa, ponta fina, chanfrada, com no máximo 8 cm de comprimento, descartável, fabricada em polipropileno transparente atóxico com 99.9% de pureza, com certificado de livre de DNase, RNase e pirogênicos, esterilizada por radiação gama ou beta, acondicionada em caixa com tampa do tipo rack original do fabricante com 96 unidades. Conjunto (rack e ponteiros) autoclavável a 121 graus Celsius por 15 minutos a 15 psi. Marcas de nível para rápida verificação de volume; Rastreabilidade - BPL; Anel de selagem para encaixe e vedação perfeitos; Translúcido - sem pigmentos; Assegura resultados reprodutíveis; Possui certificado de qualidade, com número de identificação, o que permite rastrear todo o processo de fabricação; As versões esterilizadas são acompanhadas de um certificado de esterilização; Fabricadas sem aditivos ou corantes. Caixa com 960 unidades (10 racks com 96 unidades).	Caixa	10	10%
211	Ponteira de microvolume 100 a 1000ul, não chanfrada, sem filtro, descartável, fabricada em polipropileno transparente atóxico com 99.9% de pureza, com certificado de livre de DNase, RNase e pirogênicos, esterilizada por radiação gama ou beta, acondicionada em embalagem original do fabricante com 1000 unidades, autoclavável a 121 graus Celsius por 15 minutos a 15 psi.	PCT	40	10%
212	Ponteira de microvolume 20 a 200ul, com barreira hidrofóbica de aerossol (filtro), longa, ponta fina, chanfrada, descartável, fabricada em polipropileno transparente atóxico com 99.9% de pureza, com certificado de livre de DNase, RNase e pirogênicos, esterilizada por radiação gama ou beta, acondicionada em caixa com tampa do tipo rack original do fabricante com 96 unidades. Conjunto (rack e ponteiros) autoclavável a 121 graus Celsius por 15 minutos a 15 psi. Marcas de nível para rápida verificação de volume; Rastreabilidade - BPL; Anel de selagem para encaixe e vedação perfeitos; Translúcido - sem pigmentos; Assegura resultados reprodutíveis; Possui certificado de qualidade, com número de identificação, o que permite rastrear todo o processo de fabricação; As versões esterilizadas são acompanhadas de um certificado de esterilização; Fabricadas sem aditivos ou corantes. Caixa com 960 unidades (10 racks com 96 unidades).	PCT	10	10%
213	Ponteira para repipetador eletrônico Brand Handy Step, com volume máximo de pipetagem de 0,5 mL e mínimo de 10 microlitros.	UN	20	10%
214	Ponteira para repipetador eletrônico Brand Handy Step, com volume máximo de pipetagem de 1,25 mL e mínimo de 25 microlitros.	UN	20	10%
215	Ponteira para repipetador eletrônico Brand Handy Step, com volume máximo de pipetagem de 12,5 mL e mínimo de 250 microlitros.	UN	10	10%
216	Ponteira para repipetador eletrônico Brand Handy Step, com volume máximo de pipetagem de 2,5 mL e mínimo de 25 microlitros.	UN	20	10%
217	Ponteira para repipetador eletrônico Brand Handy Step, com volume máximo de pipetagem de 5 mL e mínimo de 100 microlitros.	UN	20	10%
218	Ponteira universal, sem filtro, 1,0 -200 uL. Ponteiros de encaixe universal, com paredes flexíveis e vários anéis internos para encaixe fácil e seguro, sendo necessário menos força para encaixar e expelir. Com orifício de distribuição chanfrado, que reduz a perda da amostra e melhora a precisão da pipetagem. Graduadas para permitir a confirmação visual do volume aspirado. Filtros de polietileno de alto peso molecular e livres de inibidores da PCR. Amarela, fabricada em polipropileno transparente atóxico com 99.9% de pureza. Produto com certificado livre de DNase, RNase e pirogênicos. Autoclavável até 121°C por 15 minutos a 15psi. Pacote com 1000 ponteiros. Marca referência: Axygen, cód. T-200-Y. CATMAT: 408691.	PCT	10	10%
219	POP6 - Polímero de Performance Optimizada, compatível com analisador automático de DNA ABI 3100. , Marca referência: Applied Biosystems, Ref. 4316357. Frasco de 7 ML.	FRA	5	10%
220	POP7 - Polímero Performance Optimizada, compatível com analisador automático DNA ABI 3500xL. , Marca referência: Applied Biosystems, Ref. 4393714. (960 amostras). Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Caixa	30	10%
221	Potássio - Solução Padrão para Espectrofotometria de Emissão Atômica por Plasma (ICP-AES) 1.000 mg/L(1.000 ppm) com certificado de análise rastreado ao NIST. Marca SpecSol ®. Pronta para Uso. Embalagem frasco Nalgene Polietileno HDPE. FRASCO DE 250 mL	FRASCO	3	10%
222	PowerUp SYBR Green Master Mix. A mistura de 2x contém corante green SYBR, Dual-Lock Taq DNA Polymerase, dNTPs com mistura dUTP / dTTP, UDG termo-lábil, tintura de referência passiva ROX e componentes tampão otimizados. Contém tubo de 5 x 1 ml, suficiente para 500 reações de 20 µL .	Kit	10	10%

223	PowerUp SYBR Green Master Mix. A mistura de 2x contém corante green SYBR, Dual-Lock Taq DNA Polymerase, dNTPs com mistura dUTP / dTTP, UDG termo-lábil, tintura de referência passiva ROX e componentes tampão otimizados. Contém tubo de 5 x 1 ml, suficiente para 500 reações de 20 µL.	Caixa	5	10%
224	Pré-coluna C-18 Shim-pack G-ODS 4 mm X 1 cm, compatível com a Coluna Shim CLC-ODS (M). Marca referência: Shimadzu, Ref. 228-18246-91	UN	3	10%
225	Primer oligo(dT)12-18, fosforilado no terminal 5', purificado por dessanilização. Frasco em escala de 100nmol. Frasco de 100 mg	Frasco	4	10%
226	Proteínase K reagente para biologia molecular, Sinônimo: Endopeptidase K, Número CAS: 39450-01-6, Concentração: ≥30 unidades/mg proteína, Pó liofilizado, frasco de 100 mg	Frasco	4	10%
227	Proteínase K reagente para biologia molecular, Sinônimo: Endopeptidase K, Número CAS: 39450-01-6, Concentração: ≥30 unidades/mg proteína, Pó liofilizado, frasco com 100 mg. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Frasco	40	10%
228	Proteose peptona, aspecto físico: pó higroscópico, Frasco 500g	Frasco	5	10%
229	Proveta de vidro borossilicato, graduada, base sextavada de polietileno, capacidade de 100 mL, classe A, limite de erro ±0,5 mL.	UN	10	10%
230	Proveta de vidro em borossilicato, graduada, capacidade de 1000 mL, com base de polipropileno	UN	3	10%
231	Proveta de vidro em borossilicato, graduada, capacidade de 500 mL, com base de polipropileno	UN	3	10%
232	Proveta graduada fabricada em polipropileno (PP) com base hexagonal, capacidade de 250 mL, autoclavável.	UN	6	10%
233	Proveta graduada fabricada em polipropileno (PP) com base hexagonal, capacidade de 500 mL, autoclavável.	UN	3	10%
234	Proveta graduada fabricada em vidro com base hexagonal de polipropileno, capacidade de 100 mL, classe A, limite de erro ±0,5 mL. Com TAMPA.	UN	60	10%
235	QuickStix-Conj, Detecção Cry1Ac, Cry2A - Marca: Envirologix - Código: AS-012-LS	Caixa	15	10%
236	QuickStix-Conj, Detecção Cry1Ac, Cry2Ab, CP4EPSPS, DMO, Vip3A - Marca: Envirologix - Código: AS-096-LT	Caixa	10	10%
237	QuickStix-Conj, Detecção Vip3A - Marca: Envirologix - Código: AS-485-LS	Caixa	15	10%
238	Rack (estante) para tubos Falcon. Fabricado em Polipropileno (PP); Autoclavável (121°C, 15psi, 30min). Medidas aproximadas de 205 x 170 x 55 mm (Largura x Profundidade x Altura). Capacidade para acomodar na posição vertical 20 tubos tipo falcon de 50 ml ou 30 tubos tipo falcon de 15 ml. Exemplo: Modelo K30-1552 Marca Kasvi ou qualquer outra marca similar, equivalente ou de melhor qualidade.	UN	10	10%
239	RACK (estante) para Tubos tipo Falcon de 15mL em polipropileno. Capacidade para 30 tubos.	UN	10	10%
240	Rack de polipropileno (PP) para 80 microtubos de 1,5 ou 2,0mL, Características: Fabricado em polipropileno (PP); Autoclavável (121°C, 15PSI, 30min); Ideal para microtubos de 1,5mL ou 2mL; Dimensões: 230 x 66 x 13mm; Identificação numérica; Disponível em cores sortidas. Exemplo: Modelo K30-005 Marca Kasvi ou qualquer outra marca similar, equivalente ou de melhor qualidade.	UN	200	10%
241	RACK DE PONTEIRAS 5 ML SEM FILTRO PARA 50 PONTEIRAS	UN	10	10%
242	Rack em polipropileno autoclavavel, para acomodar ate 100 tubos tipo Eppendorf ou criogenicos de 1,5 mL a 2,0 mL, Resistente a temperaturas entre -80 C e 121 C. Com tampa encaixavel de facil abertura, Dimensoes: 141x151x57mm. Referencia: KASVI Laboratorio	UN	10	10%
243	Rack para 100 ponteiras 10 ML	UN	10	10%
244	RACK VAZIO PARA PONTEIRAS 1000 uL Autoclavável (121°C, 15psi, 30min)	UN	25	10%
245	RACK VAZIO PARA PONTEIRAS 200 uL Autoclavável (121°C, 15psi, 30min)	UN	25	10%
246	Reagente Condicionador (Conditioning Reagent for 3500 xL), Condicionador para lavagem nos Analisadores Genéticos Applied Biosystems modelo 3500xl, pronto para uso, Marca de Referência: Applied Biosystems, Ref. 4409543. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Caixa	30	10%
247	Reagente de fenol segundo Folin-Ciocalteu, adequado para determinação de proteína total pelo método de Lowry 2 N, pH > 0,5 (20°C), densidade de 1,240 g/cm ³ , frasco de 100 mL.	Frasco	3	10%

248	Reagente de Folin & Ciocalteu's para determinação de proteína pelo método de Lowry. Especificação: Concentração: 1,9-2,1 N; pH <0.5 (20 °C); Densidade: 1.240 g/cm ³ at 20 °C; Cor: Amarelo límpido; amarelo muito claro a amarelo muito escuro; e amarelo-esverdeado muito claro a amarelo-esverdeado muito escuro. Frasco de 100 mL.	Frasco	3	10%
249	Reagente tampão (10X) com EDTA , Compatível com analisador automático de DNA ABI 3100 Applied Biosystems ou de qualidade igual ou superior, Marca referência: Applied Biosystems, Ref. 402824. Frasco de 25ml.	FRA	3	10%
250	Reagentes para realização de análise e quantificação de mRNA em equipamento Bioanalyzer, apenas os reagentes, sem chips inclusos. Especificação: RNA 6000 Nano Reagents, marca Agilent, número de catálogo 5067-1512. Kit para 300 amostras	Kit	4	10%
251	Reagentes para realização de análise e quantificação de mRNA em equipamento Bioanalyzer, com chips inclusos. Especificação: RNA 6000 Nano kit, marca Agilent, número de catálogo 5067-1511. Kit para 300 amostras	Kit	4	10%
252	Refil Deionizador de 10" x 2 ½" - (Leito Misto). Para Purificador de Água por Osmose Reversa. Utilizado nos modelos: BT 700 / 701 / 702 / 703 Pode ser utilizado em osmose reversa de outros fabricantes.	UN	3	10%
253	Reservatório para micropipeta multicanal Pacote com 10 unidades	Pacote	10	10%
254	Riboflavina, padrão analítico, Sinônimo: Vitamina B2, Número CAS: 83-88-5, Pureza: ≥98%, Fórmula: C ₁₇ H ₂₀ N ₄ O ₆ , PM = 376,36 g/mol. Frasco de 1 g.	Frasco	3	10%
255	Rnase A, Sinônimo: Ribonuclease A, Número CAS: 9001-99-4, na concentração 20 mg Rnase A por mL Tris-HCl (50 mM, pH 8.0) e EDTA (10 mM), Marca referência: Invitrogen, Ref. 12091-039, frasco com 25 mL. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Frasco	20	10%
256	Rolha de silicone nº 6. Material: Silicone incolor, atóxico, não estéril.	unidade	300	10%
257	ROLO DE ALGODÃO HIDROFÍLICO, COM 500 G	RLO	10	10%
258	Sacarose grau biologia molecular, Sinônimo: Sucrose, Número CAS: 57-50-1 , Pureza: ≥99.5%, Fórmula: C ₁₂ H ₂₂ O ₁₁ , PM = 342,3 g/mol, Livre de DNases, RNases, proteases. Frasco de 1 Kg.	FRA	3	10%
259	SACAROSE, C ₁₂ H ₂₂ O ₁₁ , 98%, 342,31 MOL, PÓ, Frasco 1Kg	FRA	10	10%
260	Saco de lixo de 60 litros preto, reforçado, espessura mínima de 16 micras. Deve ser confeccionado utilizando como matéria prima polietileno de alta densidade virgem, com maior resistência à tração, rasgamento e impacto. Pacote com 100 unidades.	Pacote	6	10%
261	Saco plástico para autoclave - 20 litros, resistente a altas temperaturas e pressão, fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), temperatura Máxima: 121C, pacote com 20 unidades.]	PAC	160	10%
262	Saco plástico para autoclave - 40 litros, resistente a altas temperaturas e pressão, fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), temperatura Máxima: 121C, pacote com 20 unidades.]	PAC	180	10%
263	Septos em clorobutil (Chlorobutylseals) de 20 mm. Cor cinza clara. Este dispositivo veda frascos com amostras gasosas. Marca referência: CRS código 320401, Thermo Scientific cód. 502149 ou de qualidade igual ou superior. Pacote com 1000 unidades.	PACOTE	4	10%
264	Seringa Gastight marca HAMILTON, para amostradores automáticos CTC HS-PAL , de agulha fixa, modelo 1002 LTN, com as seguintes características: Volume: 2.5 mL; Pal System; Agulha HD; Temperatura Máxima: 110°C; - Temperatura Mínima: 20°C; Pressão Máxima: 200 psi; Calibre da agulha: 23; Comprimento da agulha: 51 mm; Estilo da ponta: 5; Volume morto da agulha: 4,53µL. O produto deve apresentar qualidade igual ou superior a marca referência: Código: Hamilton 203084; Sigma-Aldrich 28626-U; Shimadzu 220-94500-04. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	UNIDADE	3	10%
265	Seringa Gastight para amostradores automáticos TriPlus RSH da Thermo Scientific, volume de 2,5 mL, agulha fixa, tipo Headspace, , comprimento da agulha 65 mm, calibre da agulha 23, estilo de ponta 5 (furo lateral), Pal system. O produto deve apresentar qualidade igual ou superior a marca referência: Thermo PN 365Q2131, TRAJAN 008655, HAMILTON 207290. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	UNIDADE	4	10%
266	Sílica Gel Dessecante Azul , partículas 2-4 mm, Número CAS: 7631-86-9, Fórmula: SiO ₂ , PM = 60.08 g/mol, Regenerável. Frasco de 1kg	Frasco	6	10%
267	Síntese de Oligonucleotídeos (primer), contendo aproximadamente 22 pares de bases, sem marcação, grau HPLC (para LAMP). As sequencias serão informadas no momento do empenho. Frasco escala 50 nmol	Unidade	10	10%

268	Síntese de Oligonucleotídeos (primer), contendo aproximadamente 22 pares de bases, sem marcação, purificados por dessalinização, escala de 25 nmoles. Observação: as sequencias serão informadas no momento do empenho	Frasco	200	10%
269	Síntese de Oligonucleotídeos (primer), contendo aproximadamente 22 pares de bases, sem marcação, purificados por dessalinização. Escala de 100 nmoles. As sequencias serão informadas no momento do empenho.	unidade	10	10%
270	Síntese de Oligonucleotídeos (primer), contendo aproximadamente 30 pares de bases, sem marcação, grau HPLC (para LAMP). As sequencias serão informadas no momento do empenho. Frasco em escala 50 nmol	FRA	250	10%
271	Síntese de Oligonucleotídeos (primer), contendo aproximadamente 30 pares de bases, sem marcação, grau HPLC (para LAMP). As sequencias serão informadas no momento do empenho. Frasco escala 50 nmol	Unidade	10	10%
272	Síntese de Oligonucleotídeos (primer), contendo aproximadamente 30 pares de bases, sem marcação, purificados por dessalinização. Escala de 100 nmoles. As sequencias serão informadas no momento do empenho.	Unidade	20	10%
273	Síntese de Oligonucleotídeos (primer), contendo aproximadamente 45 pares de bases, sem marcação, grau HPLC (para LAMP). As sequencias serão informadas no momento do empenho. Frasco escala 50 nmol	Unidade	20	10%
274	Síntese de oligonucleotídeos, com aproximadamente 30 bases, purificados por dessalinização, Frasco em escala 200 nmol	FRA	50	10%
275	Síntese de oligonucleotídeos, com aproximadamente 30 bases, purificados por dessalinização, Frasco em escala 50 nmol	FRA	50	10%
276	Síntese de oligonucleotídeos, com aproximadamente 30 bases, purificados por dessalinização, Frasco em escala 50 nmol. Observação: as sequencias serão informadas no momento do empenho	Frasco	200	10%
277	Síntese de oligonucleotídeos, com aproximadamente 45 bases, purificados por dessalinização, Frasco em escala 25 nmol	FRA	50	10%
278	Síntese de par de primer, sendo um primer marcado com fluorescência 6FAM, TET, VIC, HEX, NED e PET, e o outro primer não marcado, Rendimento mínimo de 10.000 pmol, dessalinizado e desprotegido. Marca referência: Life Technologies, Ref. 450056	Frasco	100	10%
279	Síntese de sondas TaqMan MGB Probe na escala de 6000 pmol , Para uso no equipamento Real Time PCR 7500 da Applied Biosystems. Marca de referência: Applied Biosystems. Observação: as sequencias serão informadas no momento do empenho	Frasco	50	10%
280	Soda cáustica em escamas comercial 1Kg	Frasco	50	10%
281	Solução padrão de condutividade 146, 9 µS/cm ± 0,5% (25°C). Fasco de 250 mL	Frasco	3	10%
282	Solução Padrão Zobell para potencial de oxi-redução. Frasco de 500 mL	Frasco	3	10%
283	Sulfanilamida Grau Para Análise. Número CAS: 63-74-1. Número EC: 200-563-4. Características Físico-Químicas: Fórmula Química: C6H8N2O2S; Densidade: ~ 1,50 g/cm³; Massa Molar = 172,21 g/mol; Densidade Aparente~ 500 kg/m³; Odor: característico; Forma: Sólida; Cor: Branca; Faixa de variação dos Valores de pH (5 g/l 20 °C): 5,8 6,1; Solubilidade em Água (25 °C): 7,5 g/l; Solubilidade em Etanol (20 °C): ~ 35 g/l; Faixa de Temperatura de Fusão: 163 - 167 °C; Identidade (Espectrograma de Absorção na Faixa Espectral do Infravermelho): Conforme. Teor Mínimo de Sulfanilamida (Bromometria, calculado na base seca) >= 99 %; Teores Máximos de Impurezas: Substâncias Insolúveis em Meio Alcalino: Conforme; Substâncias Insolúveis em Ácido: Conforme; Cloreto (Cl-) <= 0,01 %; Sulfato (SO4-2) <= 0,02 %. Frasco de 500 g	Frasco	3	10%
284	Sulfato de potássio P.A., Número CAS: 7778-80-5, Pureza:≥99.0%, Fórmula: K2SO4, PM = 174.26 g/mol , pH 5,5-8,5, insolúveis máximo de 0,01%, cloreto máximo de 0,001%, compostos nitrogenados máximo de 5 ppm, arsênico máximo de 0,02%, Ca, Mg, e precipitados de R2O3 máximo de 0,02%, metais pesados máximo de 5 ppm, ferro máximo 5 ppm, sódio máx 0,002%. Frasco de 1 Kg	Frasco	10	10%
285	Sulfato de zinco heptahidratado, aspecto físico: pó ou cristal, incolor ou branco, fórmula química: znso4.7h2o, massa molecular: 287,60 g/mol, grau de pureza: pureza mínima 99,5%, característica adicional: reagente p.a. acs, número de referência química: cas 7446-20-1, 500g	Frasco	3	10%

286	SuperScript III First-Strand Synthesis System (10000 unidades à 200 U/μL). Sistema otimizado para sintetizar cDNA de primeira fita a partir de poli(A)+ ou RNA total purificado. Alvos de RNA de 100 bp a >12 kb podem ser detectados com este sistema. A quantidade de material de partida pode variar de 1 pg–5 μg de RNA total. A enzima é usada para sintetizar cDNA em uma faixa de temperatura de 42 a 55°C, proporcionando maior especificidade e maiores rendimentos de cDNA. O sistema é fornecido com oligodT, random hexamers, buffer RT, DTT, cloreto de magnésio, mix de dNTP, enzima de restrição, água DEPC-tratada. Kit para 50 reações.	Kit	3	10%
287	SuperScript IV Vilo Master Mix com ezDNase. Reagente Master Mix para síntese de cDNA, indicado para aplicações de RT-qPCR. Formulado para reações rápidas, sensíveis e reprodutíveis, mesmo com amostras de baixa pureza ou baixa concentração de RNA. Inclui enzima ezDNase para remoção simplificada de DNA genômico em até 2 minutos, otimizando o fluxo de trabalho. Contém transcriptase reversa SuperScript IV, altamente processiva e termostável, permitindo reações eficientes em temperaturas elevadas, com menor tempo de incubação (reação em 10 minutos). O sistema é fornecido com oligodT, random hexamers, buffer RT, DTT, cloreto de magnésio, mix de dNTP, enzima de restrição, água DEPC-tratada. Kit para 50 reações.	Kit	4	10%
288	Taka-díastase de Aspergillus Oryzae 100 U/mg, Número CAS: 9001-19-8. Frasco de 25 g.	Frasco	3	10%
289	Tampão pH 4,0 em pó para 50 mL. Marca de referência: Hach. CAT 2226966. NCM: 38229000. Cod. Complementar: 5107BNMD. Composição: ftalato ácido de potássio. Caixa com 50 sachês	Caixa	3	10%
290	Tampão pH 7,0 em pó para 50 mL. Marca de referência: Hach. CAT: 2227066. NCM: 38229000. Cod. Complementar: 5107BNMD. Composição: fosfato de potássio monobásico, 2,4-dinitrofenol, fosfato de sódio dibásico. Caixa com 50 sachês	Caixa	3	10%
291	TaqMan Gene Expression Master Mix, Marca de referência: Applied Biosystems, Ref. 4369016. Frasco de 5 mL	Frasco	3	10%
292	TaqMan Universal Master Mix - Master mix para uso em PCR em tempo real com sondas de hidrólise tipo sistema TaqMan® desenvolvido para a realização de reações rápidas de genotipagem por PCR em tempo real necessários para realizar uma reação em cadeia da polimerase (PCR) em tempo real. O TaqMan Universal Master Mix II para amplificar DNA complementar (cDNA) e alvos de DNA para uma variedade de aplicações, incluindo quantificação e genotipagem. O master mix deve conter uma mistura 2x concentrada, composta por • AmpliTaq Gold DNA Polymerase, UP (Ultra Pure), dNTPs (com dUTP), Referência passiva ROX, Uracil-N-glicosilase (UNG), • Componentes tampão otimizados. Esse master mix contém uracil N-glicosilase (UNG). O master mix pode ser usado com ensaios TaqMan personalizados disponíveis em nosso serviço de ensaios personalizados ou com ensaios pré-otimizados, como Ensaios de expressão gênica TaqMan, Ensaios de microRNA TaqMan, Ensaios de genotipagem de metabolismo de drogas TaqMan, Ensaios de genotipagem TaqMan SNP. O produto deve apresentar qualidade igual ou superior a marca referência: Applied Biosystems™ Catalog number 4440039. Frasco de 50ml. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Frasco	3	10%
293	TaqMan™ GTXpress™ Master Mix - Master mix para uso em PCR em tempo real com sondas hidrólise tipo sistema TaqMan® desenvolvido para a realização reações rápidas genotipagem por PCR em tempo real e otimizado para reações com DNA não purificado, on há presença inibidores da reação PCR. O master mix ve conter uma mistura 2x concentrada, composta por enzima Taq DNA polimerase ultrapura com função hot start, tampão da enzima, dNTPs, referência passiva ROX™ pre-misturada no master mix para evitar contaminações. Esse master mix ve ter protocolo padronizado para realização corridas no modo padrão e no modo rápido (menos 50 min). Compatível com os ensaios utilização sondas hidrólise para discriminação alélica para genotipagem SNP tipo sistema TaqMan®. O produto ve apresentar qualida igual ou superior a marca referência: Applied Biosystems™ Catalog number 4401890. Frasco 50ml. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Frasco	3	10%
294	Tela de prata 60 mesh, medidas 12,5mm x 150mm. PerkinElmer código N2410145, Elemental Microanalysis código B1037	UN	5	10%
295	Tetina de silicone para uso em pipetas Pauster, 4 cm de comprimento, 0,5 cm de diâmetro interno.	UN	30	10%

296	Timer digital com 4 canais independentes. Características: Quatro canais independentes; Contagem regressiva e progressiva com alarme; Alarme visual e sonoro ajustável; Programação de 1 segundo a 99 horas, 59 minutos e 59 segundos; Resolução: 1/100 segundos; Presilha com superfície magnética; Acompanhado de bateria de 1.5 VL.	UN	10	10%
297	Triptona, Tryptone, Digestão pancreática de caseína, Peptona de caseína, Cas 91079-40-2, sólido, frasco 500g.	Frasco	5	10%
298	TUBO CRIOGÊNICO 2 ML ROSCA EXTERNA C/100 , Fabricado em polipropileno de alta resistência; Autoclavável (121°C, 15 psi, 15min); Tampas alongadas e área para marcação lateral; Livre de DNA, DNase, RNase e pirogênio; Anel de vedação em silicone, Esterilizado por radiação gama; Volume: 2,0 mL, Tipo de rosca: Externa, Base: Autossustentável, Temperatura mínima: -196°C, Temperatura máxima: 121°C, Dimensões: 12,5 x 49mm Apresentação: Pacote com 100 unidades. Exemplo: K2-202 Marca Kasvi ou qualquer outra marca similar, equivalente ou de melhor qualidade.	Frasco	100	10%
299	Tubo de ensaio 15 x 150 mm (diâmetro x altura)	UN	100	10%
300	TUBO EXTERNO DE VIDRO P/ TOCHA DMT DO ICP JOBIN YVON (OEM: 31023722) MARCA:GLASS EXPANSION; NCM: 90279091	UN	5	10%
301	Tubo Falcon graduado de 50 ml com tampa Tubos para centrifuga de fundo cônico (Tipo Falcon), fabricados em polipropileno. Tampa de rosca externa. Possui graduação e face para identificação das amostras, não estéril Altura: 116mm Diâmetro: 30mm. (pacote com 50 unidades)	PCT	45	10%
302	Tubo Falcon, capacidade para 15 ml, fabricado em polipropileno (PP), autoclavável a 121°C por até 10 minutos. Tampa rosqueável em polietileno. Graduado, com superfície para marcação de amostras. Fundo cônico. Não Estéril. (pacote com 50 unidades)	PCT	25	10%
303	TUBO INTERNO DE VIDRO P/ TOCHA DMT DO ICP JOBIN YVON (OEM: 31023723) MARCA:GLASS EXPANSION; NCM: 90279091	UN	3	10%
304	Vanilina P.A., Pureza : $\geq 99\%$, Sinônimo: 4-Hidroxi-3-metoxibenzaldeído, Número CAS: 121-33-5, Fórmula: 4-(HO)C ₆ H ₃ -3-(OCH ₃)CHO, PM = 152,15 g/mol, Forma: Pó, Frasco de 100 g.	Frasco	3	10%
305	Master mix para uso em PCR em tempo real com sondas de hidrólise tipo sistema TaqMan® desenvolvido para a realização de reações rápidas de genotipagem por PCR em tempo real e otimizado para reações com DNA não purificado, onde há presença de inibidores da reação de PCR. O master mix deve conter uma mistura 2x concentrada, composta por enzima Taq DNA polimerase ultrapura com função hot start, tampão da enzima, dNTPs, referência passiva ROX™ pre-misturada no master mix para evitar contaminações. Esse master mix deve ter protocolo padronizado para realização de corridas no modo padrão e no modo rápido (menos de 50 min). Compatível com os ensaios de utilização de sondas de hidrólise para discriminação alélica para genotipagem de SNP tipo sistema TaqMan®. Suficiente para 4.000 reações com volume final de 5uL, frasco de 10ml. O produto deve apresentar qualidade igual ou superior a marca referência: Applied Biosystems™ Catalog number 4401892. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Frasco	8	10%
306	Master mix para uso em PCR em tempo real com sondas de hidrólise tipo sistema TaqMan® desenvolvido para a realização de reações rápidas de genotipagem por PCR em tempo real e otimizado para reações com DNA não purificado, onde há presença de inibidores da reação de PCR. O master mix deve conter uma mistura 2x concentrada, composta por enzima Taq DNA polimerase ultrapura com função hot start, tampão da enzima, dNTPs, referência passiva ROX™ pre-misturada no master mix para evitar contaminações. Esse master mix deve ter protocolo padronizado para realização de corridas no modo padrão e no modo rápido (menos de 50 min). Compatível com os ensaios de utilização de sondas de hidrólise para discriminação alélica para genotipagem de SNP tipo sistema TaqMan®. Suficiente para 400 reações com volume final de 5uL. O produto deve apresentar qualidade igual ou superior a marca referência: Applied Biosystems™ Catalog number 4403311. Frasco de 1 mL	Frasco	4	10%
307	Material de Referência - Farinha de Arroz. Com valores certificados para os teores totais de Carbono , Nitrogênio e Enxofre. Valores de referência: %C= 44,7 %N=1,36, %S=0,12 . Frasco com 30g. Fabricante Elemental Microanalysis código B2278	Frasco	3	10%
308	B2152 1,00 Padrão Solo com Baixo Teor de Matéria Orgânica - Elemental Micronalysis - Frasco com 30gr	Frasco	3	10%
309	B2178 1,00 Padrão de Solo com Teor Médio de Matéria Orgânica OAS Certificado 395566 - Elemental Microanalysis - Frasco 30g	Frasco	3	10%

310	B2230 1,00 Solo Sintetico.alto conteudo Organico,Cert.439963 - Elemental Microanalysis -Frasco 30g	Frasco	3	10%
311	Matriz Padrão DS 30 (Dye Set D) , Matriz usada para calibrar o equipamento ABI 3100 e 3500 xL para posterior reconhecimento das fluorescências 6FAM, HEX, NED e ROX pelo software que coleta os dados, Ref. 4345827. kit para 8 corridas, Applied Biosystems. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Kit	3	10%
312	Meio de cultura Murashige e Skoog , Para cultura celular de plantas. Marca referencia SIGMA, no. Cat. M9274-10l. Frasco de 10 L	Frasco	3	10%
313	Meio de Schneider para insetos - Com L-glutamina, sem cloreto de cálcio e bicarbonato de sódio, em pó, adequado para cultura de células de insetos (embalagem com 10 x 1L). Forma: pó. Concentração: 24,5g/ml. Técnicas: Cultura de insetos. Componentes: Glucose: 2 g/L (Dextro), NaHCO3: no, L-glutamina: 1.8 g/L. Temperatura de armazenamento: 2-8°C. Marca de referência: SIGMA. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica. Embalagem com 10 frascos de 1 L.	Embalagem	10	10%
314	MEIO LURIA BERTANI (LB): meio de cultura desidratado, utilizado para manutenção e cultivo de microrganismos (composição: Triptona = 10,0g/L / Extrato de Levedura = 5,0g/L / Cloreto de Sódio = 5,0g/L / pH Final = 7,0 ± 0,2); Frasco de 500 Gramas	FRA	5	10%
315	Meio SOC para transferência bacteriana (cat. number 15544034). Kit com 10 frascos de 10 mL. Marca de referência: Thermo Fisher Scientific	Kit	5	10%
316	Membrana de Osmose Reversa (Ultra Filtro). 0,001 micron, 1,8" x 11,75", BT MOR / 75GPD; Durabilidade de 12 a 18 meses; Utilizado nos modelos BT 701, BT 702, BT 703.	UN	3	10%
317	N-(1-naftil)-etilendiamina dihidroclorato PA ACS. Sinônimos: 2-(1-Naphthylamino)ethylamine dihydrochloride edihidroclorato de N-(1-naftil)etilendiamina) e NEED (N-(1-NAPHTHYL)ETHYLENEDIAMINE DIHYDROCHLORIDE). Fórmula: C10H7NHCH2CH2NH2 2HCl, C12H16Cl2N2. Massa molar 259.18 g/mol. pH 1.0. Teor>98%. 1-naftilamina <0.1% e 2-naftilamina <0.01%. Água <5%. Sensibilidade à sulfanilamida. Número CAS: 1465-25-4. Frasco de 100 g	Frasco	3	10%
318	Óxido de Cromo III granular 0,85 a 1,7mm, Número CAS: 1308-38-9, Fórmula Cr2O3, PM = 151,99g/mol, Para análise elementar. Compatível com analisador elementar CHNS/O 2400 Perkin Elmer, operado no mod CHN. Marca de referencia: Elemental Microanalysis, Ref. B1099. Frasco de 100 g. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Frasco	3	10%
319	Óxido de Lantânio para Espectrofotometria de Absorção Atômica, Sinônimo: Óxido de lantânio (III), Número CAS: 1312-81-8, Fórmula: La2O3, PM = 325.82 g/mol, Número EC: 215-200-5. Teor Mínimo de Óxido de Lantânio (complexometria, em base da substância calcinada) > 99,9 %. Teor Máximo de Impurezas: Cloreto (Cl-) < 0,005 %; Sulfato (SO4-2) < 0,005 %; Metais Pesados (como Pb) < 0,002 %; Cálcio (Ca) < 0,005 %; Cobre (Cu) < 0,0003 %; Ferro (Fe) < 0,002 %; Magnésio (Mg) < 0,0003 %, frasco de 100g.	Frasco	5	10%
320	Papel de filtro qualitativo velocidade lenta. Material: Celulose; Forma: Circular; Diâmetro: 125 mm. Equivalente a Whatman nº2. caixa com 100	Caixa	100	10%
321	Papel filtro quantitativo faixa azul (filtração lenta), 125 mm de diâmetro. Papel para filtração quantitativo velocidade lenta; Material: Celulose; porosidade de 2,5 micrometros; Teor Máximo de Cinzas: 0,007 %; Forma: Circular; Diâmetro: 125 mm.1) Empresa fabricante do produto deve emitir o laudo de análise do lote do produto a ser enviado com todos os itens da especificação do produto . 2) Não deverá ter transcorrido mais do que 25 % do prazo de validade descrito pelo fabricante no rótulo, quando considerada a data de recebimento do reagente na unidade. 3) Exigir certificação ISO 9000 da empresa fabricante em relação a esse produto. Caixa com 100 unidades. Marca de referência: JPROLAB. caixa com 100	Caixa	100	10%
322	Papel Manteiga tamanho A4, gramatura entre 40gr/m2, pacote com 50 folhas	PCT	5	10%
323	Peróxido de hidrogênio 35%, 130 Vol. PA FRASCO DE 1 L	Frasco	5	10%
324	PureLink™ Plant RNA Reagent (cat. number 12322012). Marca de referência: Thermo Fisher Scientific. Frasco de 100 mL	Frasco	4	10%
325	Qubit dsDNA Assay Kit, específico para uso com o Qubit® 2.0 Fluorometer, kit para 100 amostras. Marca: Invitrogen, cód.: Q32851	Kit	5	10%
326	Qubit ssDNA Assay Kit, específico para uso com o Qubit® 2.0 Fluorometer, kit para 100 amostras. Marca: Invitrogen, cód.: Q10212	Kit	3	10%

327	Receptaculo para cinzas em níquel - (Vial receptacle) - para analisador elemental PerkinElmer 2400. Marcas de referência: PerkinElmer cod. N241-1335; Elemental Microanalysis cod. D6000	UNIDADE	10	10%
328	RNase Away, Marca de referência: Invitrogen, Ref. 10328-011. Frasco de 250 ml	Frasco	5	10%
329	TOPO™ TA Cloning™ Kit for Sequencing, sem célula+Tabela_1s competentes (cat. Number 450030). Kit para 25 reações. Marca de referência: Thermo Fisher Scientific	Kit	5	10%
330	Tween 20 , Sinônimo: Polietileno glicol monolaurato, Número CAS: 9005-64-5, para biologia molecular, livre endonuclease-exonuclease e RNase, frasco de 50 ml. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica.	Frasco	3	10%
331	Unidade de ultrafiltração centrífuga para extração/concentração de Proteínas - Tipo Spin-X UF 500, indicada para concentração e purificação de amostras biológicas com volume de até 2,0 mL, equipada com membrana de 50 kDa (MWCO – Molecular Weight Cut-Off).Produto destinado à retenção de macromoléculas (como proteínas, enzimas e complexos moleculares) com peso molecular acima de 50 kDa, permitindo a passagem de moléculas menores. Compatível com microcentrífugas padrão, indicada para aplicações em preparo de amostras, troca de tampão, dessalinização e concentração de proteínas em rotinas laboratoriais de pesquisa. Descartável, de uso laboratorial, com alta taxa de recuperação e baixo volume residual. Pacote com 25 unidades	PCT	3	10%
332	Unidade de ultrafiltração centrífuga para extração/concentração de Proteínas - Tipo Spin-X UF 500, indicada para concentração e purificação de amostras biológicas com volume de até 500 µL, equipada com membrana de 50 kDa (MWCO – Molecular Weight Cut-Off).Produto destinado à retenção de macromoléculas (como proteínas, enzimas e complexos moleculares) com peso molecular acima de 50 kDa, permitindo a passagem de moléculas menores. Compatível com microcentrífugas padrão, indicada para aplicações em preparo de amostras, troca de tampão, dessalinização e concentração de proteínas em rotinas laboratoriais de pesquisa. Descartável, de uso laboratorial, com alta taxa de recuperação e baixo volume residual. Pacote com 25 unidades	PCT	3	10%
333	Vanadato de Prata, granular 0,85 a 1,7mm para análise elemental (CHN), compatível com analisador elemental Perkin Elmer CHNS/O modelo 2400 (código 02101117), Marca referência: Elemental Microanalysis, Cod B1142. Frasco de 100 g. Marca/CAS/código apresentado(s) apenas como parâmetro mínimo de referência técnica. FRASCO DE 100 g	Frasco	3	10%

Nota: A indicação de marcas específicas em determinados itens deste termo de referência fundamenta-se estritamente na necessidade de estabelecer um parâmetro de desempenho e qualidade, servindo como referência técnica para o objeto pretendido pela Embrapa Arroz e Feijão.

Ressalta-se que tal indicação não possui caráter restritivo, sendo admitida a cotação de produtos de outras marcas, desde que comprovada a equivalência técnica ou superioridade qualitativa em relação ao paradigma mencionado. O objetivo desta diretriz é assegurar a isonomia do certame, permitindo que os licitantes dimensionem suas propostas com precisão, garantindo o atendimento aos requisitos mínimos de durabilidade, eficiência e compatibilidade necessários às atividades da Unidade.

1.2. Na proposta deverá constar obrigatoriamente o detalhamento do objeto ofertado no campo "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado", o valor unitário, o valor total, a descrição/especificação (marca e fabricante do produto ofertado).

1.3. Há a obrigatoriedade do detalhamento do objeto ofertado no campo "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado" por ocasião do lançamento da proposta no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Não serão aceitas expressões do tipo "conforme edital", "atende ao edital", conforme modelo", etc.

1.4. Fica estabelecido que, em caso de eventual divergência entre as especificações técnicas registradas nos campos do sistema Comprasnet e as disposições detalhadas no Termo de Referência (TR), prevalecerão, para todos os efeitos de julgamento e habilitação, as regras contidas neste último. O Termo de Referência, enquanto parte integrante e indissociável do Edital, é o documento soberano para a exata compreensão e descrição do objeto.

2. JUSTIFICATIVAS:

2.1. A aquisição de vidrarias, reagentes e insumos de laboratórios visam atender às demandas da Embrapa Arroz e Feijão, dos Campos Experimentais e dos Núcleos Regionais. Essa aquisição tem como objetivo dar suporte às rotinas laboratoriais, aos projetos em andamento e aos novos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Embrapa.

2.2. A escolha pela modalidade de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), justifica-se pela natureza da demanda e pela busca da eficiência na gestão pública. A adoção deste sistema é fundamentada na necessidade de aquisição de produtos cujo consumo ocorre de forma variada e sazonal ao longo do período de 12 meses, tornando o SRP a ferramenta ideal para situações em que não é oportuno determinar, previamente, o cronograma exato de entregas ou o quantitativo rígido a ser retirado em uma única remessa.

Sob a ótica operacional, esta estratégia permite que a Embrapa trabalhe com níveis de estoque mínimo em seu almoxarifado, otimizando o espaço físico e mitigando riscos de perdas por validade ou obsolescência técnica. Além disso, o planejamento pautado no registro de preços assegura o

funcionamento ininterrupto e eficiente das atividades da Unidade, garantindo o suprimento de materiais sem os riscos inerentes ao desabastecimento ou à necessidade de deflagrar novos processos licitatórios a cada demanda imediata.

2.3. A não divulgação da pesquisa de preços de forma individualizada se consubstancia no **art. 34 da Lei 13.303/16** que estabelece:

Art. 34. O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

3 – CATÁLOGO:

3.1. O licitante provisoriamente vencedor, que apresentar proposta com marca distinta à de referência, deverá anexar, juntamente com a proposta, o catálogo do produto/material para averiguação de atendimento aos objetivos, finalidades e todos os requisitos descritos no item 1.1 deste Termo de Referência. Os documentos deverão ser anexados no Comprasnet em até 02 (duas) horas a contar da solicitação do pregoeiro no Chat do sistema, podendo este prazo, a critério da Comissão de Licitação, ser prorrogado a pedido do licitante.

4. ESCLARECIMENTOS:

4.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Termo de Referência deverá ser encaminhado por escrito ao endereço da Embrapa Arroz e Feijão, situada em Santo Antônio de Goiás-GO, na Rodovia GO 462, Km 12, Zona Rural, CEP: 75.375-000, o Setor de Patrimônio e Suprimentos, ou pelo e-mail: cnpaf.compras@embrapa.br.

5 – DO VALOR ESTIMADO:

5.1. O valor estimado da licitação será sigiloso, nos termos do art. 34 da Lei nº 13.303/2016.

5.2. Por se tratar de um Pregão de Registro de Preços, não necessariamente todos os quantitativos serão adquiridos durante a vigência da Ata.

5.3. No preço ofertado devem estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive taxas, impostos, frete, carga e descarga do material e outros que incidam ou venham a incidir para o fornecimento e entrega no local estabelecido.

6 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

6.1. Menor Preço por item

6.2 O preço ofertado pelo licitante durante a fase de lances constará da Ata de Registro de Preços, permanecendo fixo durante toda a sua vigência, no caso, 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

7.1. A **gestão** de eventuais Contratos/AFs será exercida pelo empregado Elder Tadeu Barboza, sendo a **fiscalização** a cargo da empregada **Paula Arielle Mendes Ribeiro Valdisser**, ambos representantes desta empresa pública federal, especialmente designadas.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, entrega de produto inadequado ou de qualidade inferior.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMBRAPA:

8.1. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura dos materiais aceitos e recebidos definitivamente pela Embrapa.

8.1.1. Por ocasião dos pagamentos, deverá ser observado, ainda, se a Contratada está em dia com suas obrigações, mediante consulta às certidões relativas à regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

8.1.2. Constatada a situação de irregularidade e defeito, a Contratada será notificada por escrito para que regularize as pendências, no prazo de 10 (dez) dias, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.1.3. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional (tratamento tributário favorecido previsto no art. 12 da Lei Complementar n. 123, de 2006) não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, desde que, no ato da assinatura da OCS/Contrato, tenha apresentado a documentação oficial disciplinada no art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 11.1.2012, com a redação dada pela Instrução Normativa RFB n. 1.540, de 5.1.2015.

8.2. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços e eventuais Contratos/AFs que dela derivarem e subsidiar a Contratada com informações necessárias ao seu fiel e integral cumprimento.

8.3. Recusar o produto que esteja em desacordo com os padrões de qualidade técnica exigidos no Edital e seus Anexos.

8.4. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência que interfira na entrega do produto.

8.5. Sustar e recusar qualquer serviço/material que esteja em desacordo com as normas e especificações técnicas usuais e que atentem contra sua segurança ou a de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a eventual falta de fiscalização desta Unidade eximirá a Contratada das responsabilidades decorrentes do Contrato/AF, correndo por conta da mesma todas as despesas.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DA Contratada:

9.1. Dar integral cumprimento a sua proposta, a qual passa a integrar este Instrumento, independente de transcrição.

9.2. Prestar pronto atendimento às autorizações de fornecimento/AF emitidas pela Embrapa Arroz e Feijão.

9.3. Fornecer materiais, vidrarias e reagentes de laboratório dentro do seu prazo de validade, sendo que o mesmo não poderá ser inferior a 70% (setenta por cento) do período total de validade determinado pelo fabricante, quando de sua entrega.

9.3.1. Poderá ser aceito, a critério da Administração, um período inferior à validade informada no item 9.3, quando do uso imediato pelo solicitante.

9.4. Substituir os materiais, vidrarias e reagentes de laboratório comprovadamente considerados inadequados pela Embrapa.

9.5. Apresentar a Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), de acordo com a Resolução CONAMA n. 358, de 29.4.2005, e a Norma Técnica da ABNT NBR 14.725.

9.6. Corrigir às suas expensas, quaisquer danos causados à Embrapa decorrentes da utilização dos materiais de seu fornecimento.

9.7. Atender prontamente as orientações e exigências do fiscal de contrato, devidamente designado, inerentes à execução do objeto contratado.

9.8. Emitir faturas no valor pactuado em Contrato/Autorização de Fornecimento/AF, apresentando-as à Embrapa para ateste e pagamento.

9.9. Apresentar os documentos fiscais em conformidade com a legislação vigente.

9.10. Manter-se, durante toda a execução do Contrato/AF, em compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.11. Enviar as Notas Fiscais com detalhamento do objeto.

9.12. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, inclusive os que resultarem, direta ou indiretamente, de atos ou omissões de seus empregados ou prepostos, a qualquer título, às instalações, patrimônio e pessoal da Embrapa, procedendo, imediatamente, o respectivo reembolso

9.13. Comunicar à Embrapa qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

9.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990).

9.15. Os empregados utilizados pela Contratada na prestação dos serviços, não terão subordinação nem qualquer vínculo empregatício com a Embrapa, mormente de natureza trabalhista ou civil, responsabilizando -se a Contratada pelos respectivos direitos e deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais, independentemente de qualquer envolvimento da Embrapa, bem como por atos eventualmente praticados por estes nas dependências da Embrapa, ou no âmbito da execução do contrato, que se configurem ilícitos e/ou criminosos.

9.16. Caso a Embrapa, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente, em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de emprego dos empregados utilizados pela Contratada durante a execução do objeto deste Contrato, a Contratada desde já se obriga a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

10 – DO PRAZO DE ENTREGA:

10.1. A Contratada terá o prazo máximo de até 60 dias corridos para entrega de material, contados a partir da data de assinada.

10.1.1. Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega só serão analisados pela Embrapa quando feitos antes do vencimento do prazo contratual/AF.

11 – DA VIGÊNCIA:

11.1. Este Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

12. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal indireta e por outras unidades da Embrapa no limite máximo, por órgão ou entidade, de cinquenta por cento do quantitativo do item do instrumento convocatório, limitado ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ATA, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.2. As próprias Unidades da Embrapa, quando houver a demonstração da adequação econômica desta medida, e obedecidos os critérios definidos em ato normativo interno, poderão solicitar adesão.

12.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.3. Após a autorização da Embrapa, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

12.4. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à Embrapa.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Da empresa licitante vencedora do certame licitatório, será exigido apresentar:

13.1.1. Regularidade com o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF

13.1.1.1. O registro cadastral regular no SICAF supre a exigência dos documentos nela contidas (TRF 2º Região, AC nº 2013.51.08.1226453-0).

13.1.2. Declaração de ausência dos impedimentos dos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme Modelo , Anexo IV do edital.

13.2. Regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – Ceis/CGU, a ser verificada no Portal da Transparência

(<http://www.portaltransparencia.gov.br>).

13.3. Regularidade no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, a ser verificada no portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

13.4. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

13.5. A certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, a que se refere este subitem sem prazo de validade, será considerada válida, pela Embrapa, pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua emissão.

13.6. Atestado de Capacidade Técnica.

13.6 Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais as pessoas físicas ou jurídicas, junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em nome do fabricante/importador- (Parecer 13/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU (Processo 02001.004396/2013-11).

13.6.1. O Certificado de Regularidade poderá ser obtido pelo Pregoeiro. Caso este logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA - https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php, o licitante deverá, posteriormente, anexar o documento no Comprasnet.

13.6.2. Caso o licitante seja dispensado de tal registro por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

13.7. Demais documentos exigidos no item 8 do Edital.

13.8. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame através de diligências nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidão constitui meio legal de prova (TCU Acórdão nº 1.758/2003-Plenário).

13.9. No tocante ao saneamento de falhas, será permitido ao licitante a sua devida correção no caso de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes (Acórdão 2302/2012-Plenário).

13.10.1. Será permitido ao licitante que tiver preenchido a declaração de inexistência dos fatos impeditivos informados no Comprasnet, o ajuste do documento nos moldes da declaração de ausência dos impedimentos dos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme Modelo , Anexo IV do edital.

14. DEMAIS INFORMAÇÕES

14.1. Para fins de assinatura do Contrato, ou instrumento equivalente, e envio de demais documentos referentes ao processo, o destinatário da contratação deverá, a pedido da Embrapa, cadastrar-se no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Embrapa.

14.1.1. O cadastramento se dará por meio de acesso ao link [“Usuário externo – SEI”](#) na página oficial da Embrapa.

14.1.2. Para efetivação do cadastro, o usuário externo - representante legal ou procurador -, deverá:

a) Firmar Termo de Aceitação das Condições de Uso do SEI.

a.1. O encaminhamento do citado termo poderá ser feito via correio, ou mesmo por e-mail, desde que devidamente assinado pelo sócio proprietário ou procurador da empresa, juntamente com a cópia dos seguintes documentos:

- Registro Geral (Identidade) e CPF;

- Comprovante de Residência;

- Contrato Social; e

- Procuração com poderes especiais, se for o caso.

a.1.1. Os endereços para encaminhamento da documentação constam deste termo.

14.1.3. Uma vez que a assinatura se dará pelo representante legal da empresa, as informações solicitadas no subitem acima são pessoais (pessoa física). O credenciamento de usuário externo é ato pessoal e intransferível.

15. SANÇÕES:

15.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas na Lei nº 13.303/16, Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999, a Embrapa poderá aplicar ao CONTRATADO as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais e da reparação dos danos causados à Embrapa:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

15.1.1. A sanção prevista no I e III deste item poderá ser aplicada conjuntamente com a penalidade de multa.

15.1.2. As sanções previstas nos incisos II e III serão aplicadas após regular processo administrativo definido neste contrato.

15.2. São consideradas condutas passíveis de sanções, além das demais:

I - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela Embrapa;

II - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato firmado com a Embrapa;

III - agir de má-fé na relação contratual;

IV - incorrer em inexecução contratual;

V - fraudar o contrato, mediante as seguintes condutas:

a) elevando arbitrariamente os preços;

b) vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

c) entregando uma mercadoria por outra;

d) alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

e) tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato.

VI - ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;
VII - ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Embrapa, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
VIII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Embrapa.

15.2.1. Considera-se inexecução contratual, na forma do inciso IV deste item, a inexecução total ou parcial do objeto, o atraso na execução em relação ao cronograma estabelecido, a execução do contrato fora dos padrões exigidos no acordo, a execução contratual em desacordo com a proposta apresentada e o descumprimento de qualquer cláusula e condição estabelecidas no contrato e na proposta apresentada.

15.2.2. Os fatos definidos no inciso V deste item serão apurados e ensejarão a aplicação de sanções, independentemente da aplicação das sanções previstas Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013, sem prejuízo, ainda, da responsabilização criminal na forma do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

15.2.3. A comprovação das práticas acima exemplificadas, acarretarão responsabilização administrativa e judicial do contratado, e, quando se constituir em pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas faltosas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013, devendo ser instruído Processo de Apuração de Responsabilidade, na forma do regramento interno.

15.2.4. Comprovada a prática de ato tipificado no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Embrapa dará conhecimento (Notitia criminis) às autoridades competentes, na forma do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

15.3. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não tenha acarretado danos à Embrapa, às suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, e que não justifique a imposição de penalidade mais gravosa.

15.3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada ao contratado sem a necessidade de abertura de um processo administrativo, devendo ser providenciado o registro da ocorrência nos autos do processo de fiscalização contratual e ser expedida advertência por escrito com a notificação do preposto ou representante da contratada para que corrija a irregularidade no prazo de 24 horas.

15.3.2. O gestor do contrato, apoiado pela equipe de fiscalização nomeada, avaliará se o fato é compatível com os eventos passíveis de aplicação de outras penalidades, independentemente da correção dos desvios, pela contratada, no prazo estabelecido ou não.

15.3.3. Sendo o caso passível de aplicação das penas de multa e/ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa, o Gestor contratual, apoiado pela equipe de fiscalização nomeada, instaurará Processo Administrativo de Apuração - PAA na forma deste Contrato.

15.3.4. A reincidência de prática punível com advertência importará na abertura de Processo Administrativo de Apuração - PAA do Capítulo X deste Título, podendo ensejar a aplicação de penalidade de multa ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa.

15.3.5 Em caso de discordância da aplicação de advertência, o contratado poderá apresentar pedido de reconsideração da decisão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, observando-se que, se mantida a decisão inicial, a penalidade será inscrita nos registros cadastrais pertinentes.

15.4. A penalidade de multa contratual será aplicada no percentual e nas hipóteses previstas neste Contrato, após o devido processo administrativo.

15.4.1. A multa será descontada da garantia prestada pela contratada.

15.4.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, a diferença será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Embrapa.

15.4.3. Caso os valores da garantia e dos créditos devidos à contratada não sejam suficientes para o pagamento da multa, a diferença deverá ser recolhida pela Contratada mediante GRU (Guia de Recolhimento da União), sob pena de cobrança judicial.

15.4.4. O pagamento da multa contratual não afasta o dever de indenizar o prejuízo suportado pela Embrapa.

15.4.5. A aplicação de multa citada acima não impede que a Embrapa rescinda o contrato, quando for o caso, e aplique outras sanções previstas no RLCC e/ou neste contrato.

15.4.6. O CONTRATADO estará sujeito à penalidade de multa nas seguintes hipóteses e nos seguintes percentuais:

a) pelo atraso na entrega do objeto em relação ao prazo estipulado, sujeitar-se-á a CONTRATADA ao pagamento de multa de mora calculada à razão de 1% (um por cento) ao dia (dia corrido), sobre o valor da entrega fora do prazo previsto, até o limite de 30%, o que poderá levar à rescisão deste instrumento, com aplicação das demais penalidades decorrentes;

a.1) Sem prejuízo das multas moratórias já incorridas, com o acolhimento das justificativas apresentadas e no interesse exclusivo da Embrapa, o Gestor poderá decidir pela manutenção contratual, ainda que atingido o limite fixado na alínea "a", deste subitem. Neste caso, o Gestor contratual deverá fixar prazo adicional.

a.2) descumprido o prazo adicional fixado, sem que tenha ocorrido o fornecimento, será considerado inadimplemento total do objeto, com a consequente rescisão contratual e aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item não entregue;

b) entregar o equipamento/produto/material fora das especificações constantes do Termo de Referência: até 20% (vinte por cento) do valor global da proposta, para cada evento.

c) ocorrência de qualquer outro tipo de inadimplência não abrangido pela alínea anterior: até 25% (dez por cento) do valor global da proposta, para cada evento.

15.5. Cabe a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa, em decorrência de ação ou omissão com potencialidade capaz de causar, ou que tenha causado, dano direto ou indireto à Embrapa, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

15.5.1. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser de até 2 (dois) anos.

15.5.2. O prazo da sanção a que se refere o subitem anterior terá início a partir da sua notificação ao apenado, estendendo-se os seus efeitos a todas as unidades da Embrapa.

15.5.3. Considera-se indireto o dano decorrente de custos administrativos para correção das consequências da inadimplência cometida pelo contratado, incluindo os custos decorrentes do planejamento e processamento de nova contratação.

15.5.4. Se a sanção de que trata este item for aplicada no curso da vigência de um contrato, a Embrapa poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente, desde que adequadamente justificado, sendo vedada a sua prorrogação.

15.5.5. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará na rescisão do Contrato.

15.5.6. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa também poderá ser aplicada nas hipóteses previstas no artigo 84 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.7. As hipóteses de penalidades previstas nos itens acima não impedem ou não excluem o emprego do regramento previsto na Lei nº 12.846/2013, sobretudo acerca da instauração de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), podendo, inclusive, ocorrer a aplicação das sanções previstas na citada Lei nº 12.846/2013 concomitantemente àquelas previstas neste Capítulo.

15.8. As penalidades constantes deste item 14, não prejudicam a rescisão contratual, caso a gravidade da inadimplência, sua reiteração ou os riscos impostos à Embrapa assim o recomendem.

16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestão

Nome: **Elder Tadeu Barboza**

Cargo: Supervisora do Setor de Gestão de Laboratórios

Fiscalização

Nome: **Paula Arielle Mendes Ribeiro Valdisser**

Cargo: Analista A

1) Cabe ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias, para a fiel execução contratual:

- a) Acompanhar sistematicamente o processo da fiscalização da execução contratual, de acordo com informações prestadas pelo fiscal técnico do contrato.
- b) Exercer o acompanhamento da execução contratual, de acordo com informações do fiscal do contrato, devendo informar a Autoridade Competente sobre eventuais vícios, irregularidades ou inconformidades do produto fornecido.
- c) Propor soluções para regularização dos problemas observados e sanções que entender cabíveis.
- d) Encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificação contratual.
- e) Instruir os recursos administrativos interpostos pelos contratados, submetendo-os a decisão da autoridade competente.
- f) Propor, justificadamente, a rescisão contratual.
- g) Encaminhar a autoridade competente, devidamente instruídos, os pedidos de prorrogação contratual, acréscimo ou supressão, reequilíbrio econômico-financeiro e repactuação de contrato para análise e aprovação.
- h) Ao gestor do contrato fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e das cláusulas contratuais.

2) Cabe ao Fiscal as seguintes atribuições relacionadas à fiscalização técnica do contrato, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias, para a fiel execução contratual:

- a) Avaliar e acompanhar a execução dos serviços, buscando, em caso de dúvida, os necessários esclarecimentos.
- b) Atestar a nota fiscal, encaminhando-a ao SPS.
- c) Caso o serviço contratado não esteja sendo prestado conforme foi especificado, o fiscal do contrato discriminará, através de registro próprio, as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA, com o recebimento do documento, notificada/cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.
- d) Auxiliar o Gestor do Contrato na instrução dos recursos administrativos interpostos pelos contratados, submetendo-os a decisão da autoridade competente, quando relacionados à fiscalização técnica do contrato.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. As Partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (Dados Pessoais) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018, o inciso LXXIX do art. 5º da Constituição Federal, e incluindo, entre outros, a Lei 12.965, de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis.

17.2. As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

17.3. A Parte receptora garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.

17.4. A Parte receptora, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da Parte receptora, ainda que este Contrato venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

17.5. A Parte receptora deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

17.6. A Parte receptora deverá notificar a Parte reveladora, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a Parte reveladora, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente Contrato.

17.7. A Parte receptora deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da Parte reveladora.

17.8. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de Dados Pessoais para as bases de dados internas da EMBRAPA e para o Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

17.9. As Partes reveladora e receptora, por si e seus subcontratados, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer informação pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de informações pessoais.

17.10. Em nenhuma hipótese uma Parte será responsabilizada pelo tratamento de dados pessoais realizado pela outra Parte, não havendo solidariedade entre elas.

18. COMPLIANCE

18.1. As partes neste ato declaram e se comprometem a observar todas as leis, regras, regulamentos, acordos e convenções aplicáveis ao presente instrumento e suas atividades, em especial a legislação de defesa da concorrência e de combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 12.529, de 30.11.2011) e à corrupção (Lei nº 12.846, de 01.08.2013), os princípios administrativos, bem como a agir com honestidade, lealdade, integridade e boa-fé, evitando conflitos de interesse no âmbito do presente instrumento.

18.2. Adicionalmente, as partes, sem prejuízo das legislações aplicáveis, se comprometem a observar e respeitar as seguintes vedações abaixo transcritas:

I - Alterar, deturpar, subtrair ou eliminar o teor ou a íntegra de documentos que devam ser encaminhados para providências, assim como interferir na integridade de informações sob sigilo, ocultar, danificar ou eliminar documentos ou informações ou negar-se a fornecê-las quando requisitadas, salvo nas hipóteses previstas em Lei, não se isentando da devida justificativa.

II - Divulgar resultados de pesquisa em andamento em prejuízo de processos de proteção do conhecimento ou dar publicidade a resultados ainda não validados de pesquisa, salvo em casos previamente autorizados.

III - Retirar, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro, tecnologia ou bem pertencente ao patrimônio da empresa.

IV - Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, amigos ou terceiros.

V - Apoiar ou ter participação em quaisquer ações que atentem contra a ética, moral, honestidade ou dignidade da pessoa humana ou vincular seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.

VI - Permitir o acesso de pessoas estranhas às dependências internas da(s) outra(s) parte(s), sobretudo às instalações de acesso restrito.

VII - Promover práticas que coloquem em risco o meio ambiente.

VIII - Praticar atos que caracterizem concorrência desleal.

18.3. As partes declaram conhecer, sem limitação, a proibição de qualquer forma de trabalho escravo, forçado ou análogo, trabalho infantil, a preservação do meio ambiente, o cumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, assim como o respeito aos consumidores, empregados, prestadores de serviços e às comunidades estabelecidas nos locais onde as partes desenvolvem suas atividades.

18.4. O presente instrumento poderá ser rescindido imediatamente, independentemente de notificação prévia, em caso de descumprimento de qualquer das disposições previstas nesta Cláusula.

19. DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

19.1. As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem como válida e plenamente eficaz a presente contratação por meios eletrônicos e digitais, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

20. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Solicitante

Nome: Elder Tadeu Barboza

Cargo: Supervisor do Setor de Gestão de Laboratórios

Autoridade Competente pela Aprovação:

Nome: Roselene de Queiroz Chaves

Cargo: Chefe-Adjunto de Administração

21. FORO:

21.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Circunscrição Judiciária de Goiânia/GO, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Elder Tadeu Barboza

Supervisora do Setor de Gestão de Laboratórios - SGL

Embrapa Arroz e Feijão

Roselene de Queiroz Chaves

Chefe-Adjunto de Administração

ANEXO II
MODELO PARA A PROPOSTA

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico SRP nº ____/____-____, apresento nossa proposta de preço para
_____, conforme abaixo especificado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PRAZO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
				(R\$)	(R\$)

PROCESSO LICITATÓRIO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Preço total GERAL da proposta R\$ _____ (por extenso)

Prazo de validade da proposta: _____ (se outro prazo não seja estipulado, o prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias.

Prazo para entrega dos produtos: Conforme estabelecido nos Anexos deste Edital .

A entrega dos produtos para a Embrapa ocorrerá de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital .

Oferecemos garantia de validade dos produtos pelo prazo de _____.

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais e encargos sociais.

Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital, especialmente as fixadas para pagamento e entrega dos produtos, contidas na minuta do contrato.

V. Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Local e data

Diretor ou representante legal - Identidade - CPF

Nome legível/Carimbo da empresa

ANEXO III – MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

N.º

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por intermédio de sua Unidade _____, com sede no(a), na cidade de, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 2026, publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2026, publicada no de/2026, processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e suas alterações, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do Termo Referência	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							Prazo garantia ou validade
X	Especificação	Marca(se exigida no edital)	Modelo(se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Valor Un	

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome da Unidade)....

3.2. Além da Unidade Gerenciadora, [não há] ou [são] órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE DA ATA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no site da Embrapa ou no DOU ou no PNCP (se for o caso), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. **Caso ocorra a prorrogação os itens e os quantitativos:**

☒ **poderão ser renovados.**

☐ **não serão renovados, e o novo prazo de vigência permitirá a execução apenas dos itens e quantitativos remanescentes.**

5.3. **A ata de registro de preços será extinta e o adjudicatário será liberado quando da execução total dos itens e do quantitativo a que se obrigou.**

5.4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

5.6.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 81 da Lei nº 13.303/2016 ou, no caso de participação de órgão ou entidade da Administração Direta, na forma da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da natureza jurídica do órgão ou entidade envolvida).

5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.7.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.7.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.8. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.10.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.10.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no site da Embrapa ou no PNCP (se for o caso) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.12. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

5.12.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.13. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.14. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Embrapa convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.15. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Embrapa, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.15.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.15.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.16. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do Inciso VI do art. 81 da Lei nº 13.303/2016;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no Termo de Referência de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da natureza jurídica da entidade envolvida).

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas no edital, na Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de

registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da natureza jurídica da entidade envolvida).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 ou nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da entidade aplicadora da sanção).

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 ou nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da entidade aplicadora da sanção), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

.....de..... de ____.

Assinatura do representante legal da Empresa

ANEXO V

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)- XX/26

A Embrapa Arroz e Feijão autoriza o fornecimento dos materiais e/ou serviços conforme descrição expressa abaixo e condições definidas neste documento:

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Processo:		Data de Emissão:	
Natureza:	Fornecimento de Serviços		
Modalidade:	Pregão Eletrônico - SRP	Nº:	
Amparo Legal:	Lei nº 13303/2016 e demais normas aplicáveis.		
SEI:			

2. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATADO

Fornecedor:			
CNPJ/CPF:		Insc. Estadual:	
Endereço:			
Cidade/UF:		CEP:	
Telefone:		Fax/Celular:	
Responsável:		E-mail:	
Conta Bancária:			

3. DADOS PARA FATURAMENTO

Razão Social:	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Nome Fantasia:	Embrapa Arroz e Feijão
Endereço:	Rodovia GO-462, km 12 Zona Rural - Santo Antônio de Goiás/GO - CEP: 75375-000
CNPJ:	00.348.003/0014-35
Insc. Estadual:	10.210.087-0

E-mail para envio de XML: cnpaf.nfe@embrapa.br, sob pena da Embrapa reter o pagamento até que o arquivo XML seja enviado.

Dados obrigatórios na Nota Fiscal: Banco, agência e conta para pagamento; Informações sobre isenção de imposto (quando houver) e número da AF.

4. CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL OU SERVIÇO EXECUTADO

Item	Descrição	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total

Valor total desta ordem de compra de material ou serviço executado: R\$

5. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Classificação Contábil	Descrição	Empenho	Valor

5.1 Dados do Responsável pela Requisição de Material ou Serviço

Item	Atividade	Solicitante	Qtd.	Valor

6. CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. **Local:** No local do respectivo Evento

6.2. **Prazo de Entrega:** conforme prazo estipulado no Termo de Referência (anexo I).

6.3. **Pagamento:** 30 dias corridos

6.4. **Garantia:** CONFORME EDITAL

6.5. **Encargos:** Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, **bem como o custo de seu descarregamento.**

7.1. Caso haja necessidade de prorrogação do prazo de entrega estipulado no quadro acima, o fornecedor deverá enviar, para o e-mail _____, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, pedido formal de prorrogação de prazo assinado pelo representante legal da empresa, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo com a documentação comprobatória e o novo prazo de entrega.

7.2. Os pedidos de prorrogação serão analisados quanto aos fundamentos apresentados e a informação sobre a aceitação ou recusa do pedido será encaminhada por e-mail ao fornecedor.

8. DO PAGAMENTO

8.1. Pagamento: até _____ dias corridos, após a efetiva entrega do(s) material(ais)/equipamentos, comprovados mediante o correspondente documento fiscal.

9. GARANTIA:

10. DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato se vincula para todos os fins de direito à ao processo de contratação especificado no item 01 desta Autorização de Fornecimento assim como a proposta apresentada pelo CONTRATADO.

11. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. Não serão aceitas quaisquer alegações do CONTRATADO com referência ao desconhecimento sobre as especificações do objeto da Licitação e de sua execução.

11.2. Todo equipamento e/ou material entregue no almoxarifado da Embrapa será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação do Termo de Referência.

11.3. O recebimento definitivo dos equipamentos ou materiais entregues ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento provisório, período de tempo destinado à verificação detalhada das suas especificações, conforme estabelecido no Termo de Referência.

11.4. A Embrapa rejeitará, no todo ou em parte, a entrega executada, caso constate que as especificações estão em desacordo com as condições da licitação ou apresentem vícios e defeitos.

11.5. Todos os equipamentos ou materiais objeto da licitação deverão obedecer às especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos.

11.6. A contagem dos prazos definidos neste Contrato começam a correr a partir da data da identificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, na forma da Lei nº 9.784/1999 (arts. 66 e 67).

11.6.1. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

11.6.2. Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

11.6.3. Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

11.6.4. Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos não se suspendem.

11.7. O CONTRATADO responsabiliza-se por todas as despesas acessórias, como as decorrentes dos custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, fretes, encargos sociais, descarga dos produtos no LOCAL DE ENTREGA.

11.8. Antes da emissão da presente Autorização de Fornecimento a Embrapa efetuará verificação da regularidade fiscal do CONTRATADO no SICAF. Havendo alguma irregularidade que obste a contratação, a Embrapa poderá conceder prazo para a regularização ou deixar de realizar a contratação, hipótese na qual acarretará a abertura de processo de aplicação de penalidades, na forma deste instrumento.

11.9. Toda comunicação referente ao presente contrato, deverá ser feita pelo e-mail: _____.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, em depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo CONTRATADO.

12.2. Por ocasião do processamento do pagamento, constatando-se incorreção nos documentos apresentados, especialmente na Nota Fiscal/Fatura discriminativa, estes serão restituídos para as correções pertinentes. O prazo de pagamento será integralmente restituído e somente terá reinício após a entrega dos documentos devidamente sanados, não respondendo a Embrapa por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação.

12.3. A Embrapa promoverá, quando for o caso, a retenção de impostos/ taxas/contribuições, na forma da legislação vigente.

12.4. O CONTRATADO deverá enviar para o e-mail relacionado no item 6 a declaração a ser apresentada pela pessoa jurídica (original) assinada e com a identificação do representante legal conforme anexo II, III e IV da IN RFB1234/2012 e suas alterações (se for o caso) que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços. (Art. 6º IN RFB 1234/2012)

12.4.1. Caso não seja apresentada a Declaração citada, será feita a retenção tributária devida.

12.5. O recebimento do equipamento ou material fica condicionado ao prévio envio do arquivo XML pelo fornecedor para o e-mail relacionado no

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 13.1. Dar integral cumprimento a sua proposta, a qual passa a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
- 13.2. Cumprir o prazo máximo de entrega previsto neste instrumento.
- 13.3. Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.4. Fornecer equipamento/material de primeira qualidade e de acordo com as especificações e condições adequadas para seu uso, entregando-o nos endereços indicados e na forma e condições estabelecidas, fazendo-se acompanhar por empregado credenciado pela Embrapa para recebimento e conferência das quantidades fornecidas.
- 13.5. Prestar, sempre que consultado, todos os esclarecimentos solicitados pela Embrapa relacionados à execução do contrato e ao objeto contratado.
- 13.6. Atender pronta e imediatamente às reclamações que porventura lhes forem apresentadas.
- 13.7. Atender às demandas da Embrapa na exata medida de suas necessidades, garantindo a entrega do(s) produto(s) solicitado(s).
- 13.8. Comunicar à Embrapa, por escrito, justificadamente, todas as ocorrências decorrentes de qualquer irregularidade detectada, especialmente por ocasião da entrega dos equipamentos/materiais/produtos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da ocorrência.
- 13.9. Comunicar à Embrapa, com antecedência, qualquer problema retardador ou impossibilitador da execução contratual. Esta comunicação não impedirá a aplicação de penalidades, mas sua ausência poderá ser motivo de agravamento das penas impostas.
- 13.10. Entregar Termo de Garantia dos materiais/equipamentos fornecidos, que deverá estar de acordo com o Termo de Referência e a proposta apresentada, por ocasião da licitação.
- 13.11. Manter os termos da proposta apresentada, sobretudo quando contiver algum requisito técnico ou de garantia que seja superior ao mínimo estabelecido no Termo de Referência.
- 13.12. Substituir os materiais/equipamentos que apresentarem defeitos dentro do prazo de validade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação da Embrapa.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Além das penalidades previstas no Edital que integram a presente Autorização de Fornecimento, independentemente de transcrição, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas na Lei nº 13.303/16, Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999, a Embrapa poderá aplicar ao CONTRATADO as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais e da reparação dos danos causados à Embrapa:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.1.1. A sanção prevista no I e III deste item poderá ser aplicada conjuntamente com a penalidade de multa.

14.1.2. As sanções previstas nos incisos II e III serão aplicadas após regular processo administrativo definido neste contrato.

14.2. São consideradas condutas passíveis de sanções, além das demais previstas no edital e contrato:

I - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela Embrapa;

II - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato firmado com a Embrapa;

III - agir de má-fé na relação contratual;

IV - incorrer em inexecução contratual;

V - fraudar o contrato, mediante as seguintes condutas:

a) elevando arbitrariamente os preços;

b) vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

c) entregando uma mercadoria por outra;

d) alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

e) tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato.

VI - ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

VII - ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Embrapa, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

VIII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Embrapa; e

14.2.1. Considera-se inexecução contratual, na forma do inciso IV deste item, a inexecução total ou parcial do objeto, o atraso na execução em relação ao cronograma estabelecido, a execução do contrato fora dos padrões exigidos no edital e no contrato, a execução contratual em desacordo com a proposta apresentada e o descumprimento de qualquer cláusula e condição estabelecidas no edital, no contrato e na proposta apresentada.

14.2.2. Os fatos definidos no inciso V deste item serão apurados e ensejarão a aplicação de sanções, independentemente da aplicação das sanções previstas Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013, sem prejuízo, ainda, da responsabilização criminal na forma do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

14.2.3. A comprovação das práticas acima exemplificadas, acarretarão responsabilização administrativa e judicial do contratado, e, quando se constituir em pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas faltosas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013, devendo ser instruído Processo de Apuração de Responsabilidade, na forma do regramento interno.

14.2.4. Comprovada a prática de ato tipificado no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Embrapa dará conhecimento (Notitia criminis) às autoridades competentes, na forma do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

14.3. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não tenha acarretado danos à Embrapa, às suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, e que não justifique a imposição de penalidade mais gravosa. 14.3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada ao contratado sem a necessidade de abertura de um processo administrativo, devendo ser providenciado o registro da ocorrência nos autos do processo de fiscalização contratual e ser expedida advertência por escrito com a notificação do preposto ou representante da contratada para que corrija a irregularidade no prazo de 24 horas.

14.3.2. O gestor do contrato, apoiado pela equipe de fiscalização nomeada, avaliará se o fato é compatível com os eventos passíveis de aplicação de outras penalidades, independentemente da correção dos desvios, pela contratada, no prazo estabelecido ou não.

14.3.3. Sendo o caso passível de aplicação das penas de multa e/ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa, o Gestor contratual, apoiado pela equipe de fiscalização nomeada, instaurará Processo Administrativo de Apuração - PAA na forma deste Contrato.

14.3.4. A reincidência de prática punível com advertência importará na abertura de Processo Administrativo de Apuração - PAA do Capítulo X deste Título, podendo ensejar a aplicação de penalidade de multa ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa.

14.3.5 Em caso de discordância da aplicação de advertência, o contratado poderá apresentar pedido de reconsideração da decisão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, observando-se que, se mantida a decisão inicial, a penalidade será inscrita nos registros cadastrais pertinentes.

14.4. A penalidade de multa contratual será aplicada no percentual e nas hipóteses previstas neste Contrato, após o devido processo administrativo.

14.4.1. A multa será descontada da garantia prestada pela contratada.

14.4.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, a diferença será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela

Embrapa.

14.4.3. Caso os valores da garantia e dos créditos devidos à contratada não sejam suficientes para o pagamento da multa, a diferença deverá ser recolhida pela Contratada mediante GRU (Guia de Recolhimento da União), sob pena de cobrança judicial.

14.4.4. O pagamento da multa contratual não afasta o dever de indenizar o prejuízo suportado pela Embrapa.

14.4.5. A aplicação de multa citada acima não impede que a Embrapa rescinda o contrato, quando for o caso, e aplique outras sanções previstas no RLCC e/ou neste contrato.

14.4.6. O CONTRATADO estará sujeito à penalidade de multa nas seguintes hipóteses e nos seguintes percentuais:

a) pelo atraso na entrega do objeto em relação ao prazo estipulado, sujeitar-se-á a CONTRATADA ao pagamento de multa de mora calculada à razão de 1% (um por cento) ao dia (dia corrido), sobre o valor da entrega fora do prazo previsto, até o limite de 30%, o que poderá levar à rescisão deste instrumento, com aplicação das demais penalidades decorrentes;

a.1) Sem prejuízo das multas moratórias já incorridas, com o acolhimento das justificativas apresentadas e no interesse exclusivo da Embrapa, o Gestor poderá decidir pela manutenção contratual, ainda que atingido o limite fixado na alínea "a", deste subitem. Neste caso, o Gestor contratual deverá fixar prazo adicional.

a.2) descumprido o prazo adicional fixado, sem que tenha ocorrido o fornecimento, será considerado inadimplemento total do objeto, com a consequente rescisão contratual e aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item não entregue;

b) entregar o equipamento/produto/material fora das especificações constantes do Termo de Referência: até 20% (vinte por cento) do valor global da proposta, para cada evento.

c) ocorrência de qualquer outro tipo de inadimplência não abrangido pela alínea anterior: até 25% (dez por cento) do valor global da proposta, para cada evento.

14.5. Cabe a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa, em decorrência de ação ou omissão com potencialidade capaz de causar, ou que tenha causado, dano direto ou indireto à Embrapa, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

14.5.1. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser de até 2 (dois) anos.

14.5.2. O prazo da sanção a que se refere o subitem anterior terá início a partir da sua notificação ao apenado, estendendo-se os seus efeitos a todas as unidades da Embrapa.

14.5.3. Considera-se indireto o dano decorrente de custos administrativos para correção das consequências da inadimplência cometida pelo contratado, incluindo os custos decorrentes do planejamento e processamento de nova contratação.

14.5.4. Se a sanção de que trata este item for aplicada no curso da vigência de um contrato, a Embrapa poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente, desde que adequadamente justificado, sendo vedada a sua prorrogação.

14.5.5. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará na rescisão do Contrato.

14.5.6. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa também poderá ser aplicada nas hipóteses previstas no artigo 84 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

14.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.7. As hipóteses de penalidades previstas nos itens acima não impedem ou não excluem o emprego do regramento previsto na Lei nº 12.846/2013, sobretudo acerca da instauração de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), podendo, inclusive, ocorrer a aplicação das sanções previstas na citada Lei nº 12.846/2013 concomitantemente àquelas previstas neste Capítulo.

14.8. As penalidades constantes deste item 14, não prejudicam a rescisão contratual, caso a gravidade da inadimplência, sua reiteração ou os riscos impostos à Embrapa assim o recomendem.

15. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO - PAA

15.1. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações previstas no item 14 deste Contrato, a Embrapa adotará o procedimento de acordo com o Capítulo X do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios, publicado no BCA 16/2024, disponível no endereço eletrônico: <https://www.embrapa.br/documents/10180/36044282/Regulamento+de+Licita%C3%A7%C3%B5es%2C+Contratos+e+Conv%C3%AAnios/d656d57e-4cd5-1bb6-6d61-4ee3900197e6>

16. EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.1. Além das hipóteses já previstas no presente instrumento, o contrato poderá ser extinto:

a) Consensualmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da Embrapa, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão, considerando os seguintes aspectos a serem justificados:

a.1) A Embrapa tenha interesse na extinção do contrato;

a.2) a rescisão não decorra de falha na execução do serviço;

a.3) Não exista mais interesse pelo serviço, na Embrapa;

b) em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações;

c) na ausência de liberação, por parte da Embrapa, de área, local, objeto ou documentos necessários à sua execução, nos prazos contratuais;

d) em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita da Embrapa, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;

e) quando for decretada a falência do contratado;

f) caso o contratado perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;

g) em virtude de cessão não autorizada do contrato ou de seu crédito;

h) em virtude de subcontratação, irregular ou não autorizada;

i) caso o contratado seja declarado inidôneo pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;

j) caso o contratado seja impedido de contratar e licitar com a União;

k) em função da suspensão do direito de o contratado licitar ou contratar com a Embrapa;

l) na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pelo contratado no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;

m) em razão da dissolução do contratado;

n) quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato;

o) quando aplicada penalidade de multa de mora e não houver o recolhimento do valor devido;

p) quando as multas contratuais atingirem seus limites, na forma deste contrato, sem que a contratada tenha retornado à regularidade do serviço ou à adequação do comportamento;

q) por determinação judicial;

r) Em virtude de contingenciamento orçamentário.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. As Partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (Dados Pessoais) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018, o inciso LXXIX do art. 5º da Constituição Federal, e incluindo, entre outros, a Lei 12.965, de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis.

17.2. As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

17.3. A Parte receptora garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.

17.4. A Parte receptora, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da Parte receptora, ainda que este Contrato venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

17.5. A Parte receptora deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

17.6. A Parte receptora deverá notificar a Parte reveladora, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a Parte reveladora, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente Contrato.

17.7. A Parte receptora deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da Parte reveladora.

17.8. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de Dados Pessoais para as bases de dados internas da EMBRAPA e para o Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

17.9. As Partes reveladora e receptora, por si e seus subcontratados, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer informação pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de informações pessoais.

17.10. Em nenhuma hipótese uma Parte será responsabilizada pelo tratamento de dados pessoais realizado pela outra Parte, não havendo solidariedade entre elas.

18. COMPLIANCE

18.1. As partes neste ato declaram e se comprometem a observar todas as leis, regras, regulamentos, acordos e convenções aplicáveis ao presente instrumento e suas atividades, em especial a legislação de defesa da concorrência e de combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 12.529, de 30.11.2011) e à corrupção (Lei nº 12.846, de 01.08.2013), os princípios administrativos, bem como a agir com honestidade, lealdade, integridade e boa-fé, evitando conflitos de interesse no âmbito do presente instrumento.

18.2. Adicionalmente, as partes, sem prejuízo das legislações aplicáveis, se comprometem a observar e respeitar as seguintes vedações abaixo transcritas:

I - Alterar, deturpar, subtrair ou eliminar o teor ou a íntegra de documentos que devam ser encaminhados para providências, assim como interferir na integridade de informações sob sigilo, ocultar, danificar ou eliminar documentos ou informações ou negar-se a fornecê-las quando requisitadas, salvo nas hipóteses previstas em Lei, não se isentando da devida justificativa.

II - Divulgar resultados de pesquisa em andamento em prejuízo de processos de proteção do conhecimento ou dar publicidade a resultados ainda não validados de pesquisa, salvo em casos previamente autorizados.

III - Retirar, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro, tecnologia ou bem pertencente ao patrimônio da empresa.

IV - Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, amigos ou terceiros.

V - Apoiar ou ter participação em quaisquer ações que atentem contra a ética, moral, honestidade ou dignidade da pessoa humana ou vincular seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.

VI - Permitir o acesso de pessoas estranhas às dependências internas da(s) outra(s) partícipe(s), sobretudo às instalações de acesso restrito.

VII - Promover práticas que coloquem em risco o meio ambiente.

VIII - Praticar atos que caracterizem concorrência desleal.

18.3. As partes declaram conhecer, sem limitação, a proibição de qualquer forma de trabalho escravo, forçado ou análogo, trabalho infantil, a preservação do meio ambiente, o cumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, assim como o respeito aos consumidores, empregados, prestadores de serviços e às comunidades estabelecidas nos locais onde as partes desenvolvem suas atividades.

18.4. O presente instrumento poderá ser rescindido imediatamente, independentemente de notificação prévia, em caso de descumprimento de qualquer das disposições previstas nesta Cláusula.

19. DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

19.1. As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem como válida e plenamente eficaz a presente contratação por meios eletrônicos e digitais, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

20. DA PUBLICAÇÃO

20.1. O extrato do presente Contrato será levado à publicação no Diário Oficial da União, pela Embrapa, na forma do § 2º do artigo 51 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

21. FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Circunscrição Judiciária de Goiânia-Go, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento simplificado de Contrato, na data constante da última assinatura digital.

ASSINATURAS:

PELA EMBRAPA

PELA CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Roselene de Queiroz Chaves, Chefe-Adjunto**, em 07/05/2026, às 16:12, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **13528008** e o código CRC **3F9C39C6**.